

# Catálogo

Data relatório  
2024-05-03

Registo PT/BCM-AH/DGM - DIREÇÃO GERAL DA MARINHA

<b>Nível de descrição:</b>	F
<b>Código de referência:</b>	PT/BCM-AH/DGM
<b>Título:</b>	DIREÇÃO GERAL DA MARINHA
<b>Datas de produção:</b>	-
<b>Produtor(es):</b>	Direção Geral da Marinha.
<b>Dimensão e suporte:</b>	369 u.i.
<b>História custodial e arquivística:</b>	<p>Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.</p> <p>O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.</p> <p>O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar nº 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação nº 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. Nº 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.</p> <p>Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.</p>
<b>Fonte imediata de aquisição ou transferência:</b>	Provenientes do Arquivo Histórico Ultramarino.
<b>Âmbito e conteúdo:</b>	A documentação é constituída por livros referentes ao funcionamento e gestão da Marinha. Permite-nos aferir a sua estrutura orgânica e funcional; movimentos do pessoal; participações; comunicações; avisos; ordens; decretos; circulares; Portarias e correspondência.
<b>Ingressos adicionais:</b>	Fundo fechado.
<b>Sistema de organização:</b>	Por séries documentais organizadas cronologicamente.
<b>Condições de acesso:</b>	Acessível.
<b>Condições de reprodução:</b>	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
<b>Idioma e escrita:</b>	Português.
<b>Características físicas e requisitos técnicos:</b>	369 livros; papel; manuscrito.
<b>Instrumentos de descrição:</b>	Índices.
<b>Nota de edição:</b>	Registo modificado pelo utilizador "m11002495", na data 2023-03-09 13:46:57
<b>Regras ou convenções:</b>	ISAD(G), ODA.
<b>Data da descrição:</b>	2013-10-07 10:03:32

---

**Nível de descrição:** SC

**Código de referência:** PT/BCM-AH/DGM/01  
**Título:** Sem título  
**Nota de edição:** Registo modificado pelo utilizador "e15974084", na data 2021-05-04 11:20:19  
 Publicado na Web pelo utilizador "m11002495" na data 2023-03-09 13:54:03  
**Data da descrição:** 2021-05-03 15:15:35

**Nível de descrição:** SR  
**Código de referência:** PT/BCM-AH/DGM/01/2  
**Título:** REGISTO DO REGIMENTO DA ARMADA  
**Datas de produção:** 1716 / 1764  
**Produtor(es):** Direcção Geral da Marinha.  
**Dimensão e suporte:** 2 u.i.

**História custodial e arquivística:** Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.  
 O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo. O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha. Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:** Transferência.  
**Âmbito e conteúdo:** Inclui o registo dos nomes, terras, idades e serviços dos Oficiais do Regimento da Armada, dos Oficiais Inferiores, Cadetes, Tambores e Soldados das Companhias, e ainda o registo dos licenciados.  
**Ingressos adicionais:** Fundo fechado.  
**Sistema de organização:** Ordem cronológica.  
**Condições de acesso:** Acessível.  
**Condições de reprodução:** Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.  
**Idioma e escrita:** Português.  
**Características físicas e requisitos técnicos:** 2 livros; papel; manuscrito.  
**Instrumentos de descrição:** Índices.  
**Nota de edição:** Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:51.  
**Regras ou convenções:** ISAD(G), ODA.  
**Data da descrição:** 2013-10-10 09:49:15

**Nível de descrição:** UI  
**Código de referência:** PT/BCM-AH/DGM/01/2/02  
**Título:** Registo do Regimento Primeiro da Armada

**Datas de produção:** 1716 / 1764

**Produtor(es):** Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:** 1 u.i.

**História custodial e arquivística:** Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:** Transferência.

**Âmbito e conteúdo:** Inclui o registo dos nomes, terras, idades e serviços dos Oficiais do Regimento da Armada, dos Oficiais Inferiores, Cadetes, Tambores e Soldados das Companhias, e ainda o registo dos licenciados, nomeadamente:

Conde da Ponte ... Coronel ... (fólio1);  
 João Caetano da Silva ... Tenente-coronel ... (fólio 1);  
 João Mac Intere ... Sargento-mor ... (fólio 1);  
 José César de Meneses ... Capitão-de-granadeiro ... (fólio 1);  
 José Duarte Calhau ... Capitão ... (pag.1);  
 Joaquim Ferreira Picão ... Capitão ... (fólio 1);  
 Faustino Rodrigues de Carvalho ... Capitão ... (fólio 1);  
 Alexandre José de Aro e Saqueva ... Capitão ... (fólio 1);  
 Luís António Sanches Baena ... Capitão ... (fólio 1);  
 Martinho de Sousa ... Capitão ... (fólio 1);  
 D. João da Costa ... Capitão ... (fólio 1);  
 Bento Teixeira de Moura ... Capitão ... (fólio 1);  
 José Joaquim Soares de Andrade ... Capitão ... (fólio 1);  
 Jerónimo Manuel Queirós ... Capitão ... (fólio 1);  
 Themóteo Joaquim Estine ... Ajudante ... (fólio 3);  
 Joaquim Jacques Armelino ... Quartel Mestre ... (fólio 3);  
 Paulo Rodrigues de Araújo ... 1º Tenente do Coronel ... (fólio 3);  
 José Inácio Borges ... 2º Tenente ... (fólio 3);  
 Alexandre Pereira ... 1º Tenente de Tenente ... (fólio 3);  
 José Matos de Abreu ... 2º Tenente ... (fólio 3);  
 Leandro Vieira ... 1º Tenente de Major ... (fólio 3);  
 Pedro Correia de Lacerda ... 2º Tenente ... (fólio 3);  
 António José Brandão ... Tenente de Granadeiro ... (fólio 3);  
 José Seixas de Soto Maior ... Tenente de Calhau ... (fólio 3);  
 José Pedro Xavier ... Tenente de Picão ... (fólio 3);  
 Norberto Escolasio ... Tenente de Carvalho ... (fólio 3);  
 Ângelo Birres ... Tenente de Saqueva ... (fólio 3);  
 Isidoro Moz ... Tenente de Baena... (fólio 3);  
 Joaquim José Rodrigues Tinouco ... Tenente de Sousa (pag. 3);  
 André de Melo ... Tenente de Lata ... (fólio 3);  
 António Homem ... Tenente de Teixeira ... (fólio 5);  
 Joaquim José Coutinho ... Tenente de Andrade ... (fólio 5);  
 Inácio José Peres ... Tenente de Queirós ... (fólio 5);  
 António José Pato Torrezão ... Alferes de Coronel ... (fólio 5);  
 Pedro Celestino de Matos ... Alferes de Major ... (fólio 5);  
 Silvestre Luís ... Alferes de Granadeiro ... (fólio 5);  
 António de Barros ... Alferes de Calhau ... (fólio 5);  
 Manuel Vieira ... Alferes de Picão ... (fólio 5);  
 Francisco Pedro ... Alferes de Carvalho ... (fólio 5);  
 João Martins ... Alferes de Saqueva ... (fólio 5);  
 Luís Pinto de Usório ... Alferes de Baena ... (fólio 5);  
 José Félix de Miranda ... Padilha Alferes de Sousa ... (fólio 5);

José Joaquim Coutinho ... Alferes da Costa ... (fólio 5);  
António Luís dos Santos ... Alferes de Teixeira ... (fólio 5);  
Joaquim José da Silva ... Alferes de Andrade ... (fólio 7);  
Veríssimo Pessanha de Castro ... Tenente de Queirós ... (fólio 7);  
D. Francisco José de Almada ... Tenente-coronel agregado ... (fólio 7);  
António Mascaranhas ... Tenente-coronel agregado ... (fólio 7);  
Luís António da Cunha d'Eça ... Capitão-agregado ... (fólio 7);  
José Francisco ... Sargento ... (fólio 41);  
Joaquim Bernardino ... Furriel ... (pag. 41);  
João Miranda Cardoso ... Porta-bandeira ... (fólio 41);  
Francisco José Gatinar ... Cabo ... (fólio 41);  
António Monteiro ... Cabo ... (fólio 41);  
Valentim José ... Cabo ... (fólio 41);  
Manuel José de Mendonça ... Cabo (pag. 41);  
D. Jorge Eugénio de Lozio ... Cadete ... (fólio 41);  
Francisco Félix da Silva Cabral ... Cadete ... (fólio 41);  
Aires António Carneiro ... Cadete ... (fólio 41);  
João António de Noronha ... Torrezão Cadete ... (fólio 41);  
João Duarte ... Tambor ... (fólio.41);  
António Leal ... Pífano... (fólio 41);  
João Dias ... Pífano ... (fólio 41);  
Joaquim Duarte ... Pífano ... (fólio 41);  
Carlos Vital ... Pífano ... (fólio 43);  
António José Baptista ... Pífano ... (fólio 43);  
João Pedro ... Pífano ... (fólio 43);  
Nicolau Pereira ... Pífano ... (fólio 43);  
Caetano José Brandão ... Pífano ... (fólio 43);  
Simão dos Santos ... Pífano ... (fólio 43);  
António da Cunha ... Pífano ... (fólio 43);  
João Evangelista ... Pífano ... (fólio 43);  
Vicente António ... Pífano ... (fólio 43);  
Joaquim Ferreira Arnoso ... Pífano ... (fólio 43);  
Vitorino Pinheiro ... Pífano ... (fólio 43);  
José Maria ... Pífano ... (pag. 43);  
José do Nascimento ... Anspeçada ... (pag. 43);  
Carlos José Salgado ... Anspeçada ... (pag. 43);  
Henrique Monteiro ... Anspeçada ... (pag.43);  
João Pedro Pereira ... Anspeçada ... (fólio 45);  
Maurício José ... Anspeçada ... (fólio 45);  
Paulo José Gomes ... Anspeçada ... (fólio 45);  
Francisco de Melo ... Anspeçada ... (fólio 45);  
Manuel Simões ... Anspeçada ... (fólio 45);  
Joaquim Santos da Mata ... Anspeçada ... (fólio 45);  
Joaquim Raimundo ... Anspeçada ... (fólio 45);  
Manuel Moz ... Anspeçada ... (fólio 45);  
José Inácio ... Anspeçada ... (fólio 45);  
Carlos José Álvares ... Anspeçada ... (pag. 45);  
Alberto António ... Anspeçada ... (pag. 45);  
Bernardo António ... Anspeçada ... (pag. 45);  
Francisco José ... Anspeçada ... (fólio 45);  
Tomás José ... Anspeçada ... (fólio 45);  
Manuel Vicente ... Anspeçada ... (fólio 45);  
Joaquim José de Carvalho ... Anspeçada ... (fólio 47);  
António Manuel Fernandes ... Anspeçada ... (fólio 47);  
Manuel José ... Anspeçada ... (fólio 47);  
Domingos Francisco Galvão ... Anspeçada ... (fólio 47);  
Nicolau Rodrigues ... Anspeçada ... (fólio 47);  
Joaquim Diniz ... Anspeçada ... (fólio 47);  
Bernardo Manuel ... Anspeçada ... (fólio 47);  
António José Marques ... Anspeçada ... (fólio 47),  
José Caetano ... Anspeçada ... (fólio 47);  
Paulino António ... Anspeçada ... (fólio 47);  
Caetano Francisco ... Anspeçada ... (fólio 47);  
João Carvalho da Mata e Lemos ... Anspeçada ... (fólio 47);  
Inácio José Cordeiro ... Anspeçada ... (fólio 47);  
Joaquim Fernandes ... Anspeçada ... (fólio 47);  
Germano Ferreira ... Anspeçada ... (fólio 47);  
António Crisóstemo de Freitas ... Capelão ... (fólio 69);  
João António Salter de Mendonça ... Auditor ... (fólio 69);  
Manuel Félix ... Cirurgião-mor ... (fólio 69);  
José Antunes Coelho ... Sargento ... (fólio 71);  
Francisco José da Silva ... Furriel ... (fólio 71);  
Paulo José Correia ... Porta-bandeira ... (fólio 71);  
Januário Luís da Gama ... Cabo ... (fólio 71);  
João Pedro de Carvalho ... Cabo ... (fólio 71);

Félix dos Santos ... Cabo ... Cabo ... (fólio 71);  
Victor Vicente da Maré ... Cabo ... (fólio 71);  
Cláudio Xavier Gurgel ... Cadete ... (fólio 71);  
Francisco Teles Carneiro ... Cadete ... (fólio 71);  
Manuel Velasco Galiano ... Cadete ... (fólio 71);  
José António ... Tambor ... (fólio 71);  
António José da Cunha ... Tambor ... (fólio 71);  
José António Duarte ... Tambor ... (fólio 71);  
José António ... Tambor ... (fólio 71);  
José Gomes Barreto ... Tambor ... (fólio 71);  
António José ... Tambor ... (fólio 73);  
João Ribeiro de Sousa ... Tambor ... (fólio 73);  
Luís José ... Tambor ... (fólio 73);  
António Galaz ... Tambor ... (fólio 73);  
José Francisco ... Tambor ... (fólio 73);  
Félix José de Ares ... Tambor ... (fólio 73);  
Manuel Xavier da Gama ... Tambor ... (fólio 73);  
Joaquim Pedro Pestana ... Tambor ... (fólio 73);  
Martinho Antão ... Tambor ... (fólio 73);  
Fernando da Costa ... Tambor ... (fólio 73);  
João Pedro ... Tambor ... (fólio 73);  
Manuel Ferreira Mz. ... Tambor ... (fólio 73);  
Francisco Galaz de Oliveira ... Tambor ... (fólio 73);  
José Francisco ... Tambor ... (fólio 73);  
Manuel José Gomes ... Tambor ... (fólio 73);  
José Calisto ... Tambor ... (fólio 73);  
Pedro José Gomes ... Tambor ... (fólio 75);  
António Joaquim dos Santos ... Tambor ... (fólio 75);  
José Joaquim da Silva ... Tambor ... (fólio 75);  
João Pereira Pinho ... Tambor ... (fólio 75);  
António Caetano ... Tambor ... (fólio 75);  
Carlos Vieira ... Tambor ... (fólio 75);  
Felipe Nery ... Tambor ... (fólio 75);  
Manuel Francisco ... Tambor ... (fólio 75);  
José Lourenço ... Tambor ... (fólio 75);  
Francisco Jorge ... Tambor ... (fólio 75);  
Teotónio de Sousa ... Tambor ... (fólio 75);  
José da Silva ... Tambor ... (fólio 75);  
Francisco Xavier do Rego ... Tambor ... (fólio 75);  
Francisco Manuel de Paula ... Tambor ... (fólio 75);  
Joaquim José ... Tambor ... (fólio 77);  
João António ... Tambor ... (fólio 77);  
António José dos Santos ... Tambor ... (fólio 77);  
António José dos Ramos ... Tambor ... (fólio 77);  
João Alcobia ... Tambor ... (fólio 77);  
Caetano da Cruz ... Tambor ... (fólio 77);  
Caetano Alz. ... Tambor ... (fólio 77);  
José da Costa ... Tambor ... (fólio 77);  
Domingos António ... Tambor ... (fólio 77);  
Luís José ... Tambor ... (fólio 77);  
José António de Macedo ... Tambor ... (fólio 77);  
Manuel Soares ... Tambor ... (fólio 77);  
Júlio Rodrigues ... Tambor ... (fólio 77);  
Miguel Ramos ... Tambor ... (fólio 77);  
Jerónimo dos Santos ... Sargento ... (fólio 101);  
Silvestre José Rolim ... Furriel ... (fólio 101);  
João Camilo Freire de Brito ... Porta-bandeira ... (fólio 101);  
Manuel António dos Santos ... Cabo ... (fólio 101);  
Manuel dos Santos ... Cabo ... (fólio 101);  
João Nunes Duarte ... Cabo ... (fólio 101);  
Francisco José Baptista ... Cabo ... (fólio 101);  
Anacleto de Azevedo ... Cadete ... (fólio 101);  
José Joaquim de Azevedo ... Cadete ... (fólio 101);  
António José de Moura ... Cadete ... (fólio 101);  
Teodoro José Carreira ... Cadete ... (fólio 101);  
D. Braz Baltazar da Silveira ... Cadete ... (fólio 101);  
Francisco Rodrigues ... Tambor ... (fólio 101);  
Inácio Fernandes ... Anspeçada ... (fólio 103);  
Manuel Vital ... Anspeçada ... (fólio 103);  
Joaquim José da Cunha ... Anspeçada ... (fólio 103);  
Francisco Nogueira ... Anspeçada ... (fólio 103);  
Joaquim Cláudio ... Anspeçada ... (fólio 103);  
José Damázio ... Anspeçada ... (fólio 103);  
João das Neves ... Anspeçada ... (fólio 103);  
Francisco Gonçalo ... Anspeçada ... (fólio 103);

João Cardoso ... Anspeçada ... (fólio 103);  
António Ferreira ... Anspeçada ... (fólio 103);  
António Pereira Xavier ... Anspeçada ... (fólio 103);  
António José da Costa ... Anspeçada ... (fólio 103);  
Joaquim José de Sousa ... Anspeçada ... (fólio 103);  
Jacinto Lidoro ... Anspeçada ... (fólio 103);  
Bernardo José ... Anspeçada ... (fólio 103);  
João da Silva ... Anspeçada ... (fólio 103);  
António Rodrigues ... Anspeçada ... (fólio 103);  
João da Silva Neto ... Anspeçada ... (fólio 105);  
Carlos José ... Anspeçada ... (fólio 105);  
José Nogueira ... Anspeçada ... (fólio 105);  
Francisco Xavier ... Anspeçada ... (fólio 105);  
Manuel de Jesus ... Anspeçada ... (fólio 105);  
Joaquim José Duarte ... Anspeçada ... (fólio 105);  
Francisco Cardoso ... Anspeçada ... (fólio 105);  
José João ... Anspeçada ... (fólio 105);  
Pedro António de Macedo ... Anspeçada ... (fólio 105);  
José Joaquim do Pilar ... Anspeçada ... (fólio 105);  
Francisco da Silva ... Anspeçada ... (fólio 105);  
Manuel José Irigon ... Anspeçada ... (fólio 105);  
Domingos Francisco de Sequeira ... Anspeçada ... (fólio 105);  
Pedro da Silva ... Anspeçada ... (fólio 105);  
Carlos Simões ... Anspeçada ... (fólio 105);  
José Rodrigues ... Anspeçada ... (fólio 107);  
José Pereira de Macedo ... Anspeçada ... (fólio 107);  
Manuel Dias Franco ... Anspeçada ... (fólio 107);  
Manuel Pereira ... Anspeçada ... (fólio 107);  
Joaquim António ... Anspeçada ... (fólio 107);  
Joaquim José de Abreu ... Anspeçada ... (fólio 107);  
João Francisco ... Anspeçada ... (fólio 107);  
Henrique José do Carmo ... Anspeçada ... (fólio 107);  
Padre Miguel Alves de Abreu ... Anspeçada ... (fólio 107);  
Feles dos Santos ... Anspeçada ... (fólio 107);  
José Pereira de Almeida ... Anspeçada ... (fólio 107);  
António José Gomes ... Anspeçada ... (fólio 107);  
António José de Alcobia ... Anspeçada ... (fólio 107);  
Luís Francisco da Silva Carneiro ... Sargento ... (fólio 131);  
Carlos Ribeiro do Vale ... Furriel ... (fólio 131);  
Miguel de Sousa Lau ... Porta-bandeira ... (fólio 131);  
José Joaquim Correia do Vale ... Cabo ... (fólio 131);  
António Coelho ... Cabo ... (fólio 131);  
Teles José Soares ... Cabo ... (fólio 131);  
José Machado ... Cabo (fólio 131);  
Manuel da Gama Lobo de Almeida ... Cadete ... (fólio 131);  
José Cortis ... Tambor ... (fólio 131);  
Francisco José da Gama ... Tambor ... (fólio 131);  
Joaquim José Rodrigues ... Tambor ... (fólio 131);  
João Bernardes ... Tambor ... (fólio 131);  
José Ferreira Jacomo de Sampaio ... Tambor ... (fólio 131);  
António Francisco Camelo ... Tambor ... (fólio 131);  
Crisóstemo Tavares ... Tambor ... (fólio 131);  
Manuel Antão ... Anspeçada ... (fólio 133);  
Francisco Ferreira ... Anspeçada ... (fólio 133);  
José Joaquim ... Anspeçada ... (fólio 133);  
Miguel José ... Anspeçada ... (fólio 133);  
José Duarte ... Anspeçada ... (fólio 133);  
Francisco António ... Anspeçada ... (fólio 133);  
Manuel José Baeta ... Anspeçada ... (fólio 133);  
Lourenço Justiniano ... Anspeçada ... (fólio 133);  
Francisco Xavier ... Anspeçada ... (fólio 133);  
Gonçalo Manuel ... Anspeçada ... (fólio 133);  
Plácido José de Miranda ... Anspeçada ... (fólio 133);  
José Coutinho ... Anspeçada ... (fólio 133);  
António Daniel ... Anspeçada ... (fólio 133);  
João Baptista ... Anspeçada ... (fólio 133);  
Domingos Francisco ... Anspeçada ... (fólio 135);  
Francisco José Alcobia ... Anspeçada ... (fólio 135);  
Feles Francisco ... Anspeçada ... (fólio 135);  
João da Silva ... Anspeçada ... (fólio 135);  
António José Pelicano ... Anspeçada ... (fólio 135);  
Constantino Antunes ... Anspeçada ... (fólio 135);  
José Duarte do Vale ... Anspeçada ... (fólio 135);  
Joaquim de Oliveira ... Anspeçada ... (fólio 135);  
Tomás José ... Anspeçada ... (fólio 135);

João Francisco ... Anspeçada ... (fólio 135);  
Domingos Antunes ... Anspeçada ... (fólio 135);  
Manuel da Silva ... Anspeçada ... (fólio 135);  
José da Silva ... Anspeçada ... (fólio 135);  
Domingos Ferreira ... Anspeçada ... (fólio 135);  
João Carlos ... Anspeçada ... (fólio 135);  
Isidoro João ... Anspeçada ... (fólio 137);  
Gregório José ... Anspeçada ... (fólio 137);  
Manuel Lopes Castelo ... Anspeçada ... (fólio 137);  
Manuel Ambrózio ... Anspeçada ... (fólio 137);  
Manuel Lopes da Silva ... Anspeçada ... (fólio 137);  
José António ... Anspeçada ... (fólio 137);  
Manuel António de Almeida ... Anspeçada ... (fólio 137);  
José de Oliveira ... Anspeçada ... (fólio 137);  
António Lopes ... Anspeçada ... (fólio 137);  
Pedro Vicente ... Anspeçada ... (fólio 137);  
José Pereira ... Anspeçada ... (fólio 137);  
António Jorge ... Anspeçada ... (fólio 137);  
José Gonçalves ... Anspeçada ... (fólio 137);  
José António Álvares ... Sargento ... (fólio 161);  
Luís Correia de Miranda ... Furriel ... (fólio 161);  
José António Veloso ... Sargento ... (fólio 191);  
Joaquim do Couto ... Furriel ... (fólio 191);  
Francisco de Paula Finali ... Porta-bandeira ... (fólio 191);  
Januário António ... Cabo ... (fólio 191);  
João Rodrigues Buter ... Cabo ... (fólio 191);  
José Joaquim do Rego ... Cabo ... (fólio 191);  
José Moutinho de Mesquita ... Cabo ... (fólio 191);  
António José ... Tambor ... (fólio 191);  
Joaquim de Andrade ... Tambor ... (fólio 191);  
José Francisco Serra ... Tambor ... (fólio 191);  
Joaquim Lumeu ... Tambor ... (fólio 191);  
Bernardo António ... Tambor ... (fólio 191);  
António Francisco ... Tambor ... (fólio 191);  
Manuel Duarte ... Tambor ... (fólio 191);  
João Bernardes Gonçalves ... Tambor ... (fólio 191);  
António Cordeiro ... Tambor ... (fólio 193);  
Tomás Guilherme ... Tambor ... (fólio 193);  
António Godinho ... Tambor ... (fólio 193);  
Bernardo da Silva ... Tambor ... (fólio 193);  
Manuel Gomes ... Tambor ... (fólio 193);  
António Ribeiro ... Tambor ... (fólio 193);  
Francisco José ... Tambor ... (fólio 193);  
Joaquim Pereira da Costa ... Tambor ... (fólio 193);  
José António de Palhares ... Tambor ... (fólio 193);  
Manuel Rodrigues Neves ... Tambor ... (fólio 193);  
Manuel Leite ... Tambor ... (fólio 193);  
João Ferreira ... Tambor ... (fólio 193);  
António José ... Tambor ... (fólio 193);  
Joaquim José Ferreira ... Tambor ... (fólio 193);  
Manuel Gomes ... Tambor ... (fólio 195);  
José Lopes ... Tambor ... (fólio 195);  
António Pedro Ferrão ... Tambor ... (fólio 195);  
Félix José de Lima ... Tambor ... (fólio 195);  
José de Góis ... Tambor ... (fólio 195);  
António Nunes ... Tambor ... (fólio 195);  
Manuel Marques ... Tambor ... (fólio 195);  
Alexandre da Costa ... Tambor ... (fólio 195);  
João Baptista da Silva ... Tambor ... (fólio 195);  
António José da Silva ... Tambor ... (fólio 195);  
Sebastião Fernandes Travanca ... Tambor ... (fólio 195);  
Félis da Silva ... Tambor ... (fólio 195);  
Manuel Fernandes ... Tambor ... (fólio 195);  
Manuel Rodrigues ... Tambor ... (fólio 195);  
Joaquim António de Carvalho ... Tambor ... (fólio 195);  
João Simões ... Tambor ... (fólio 197);  
Tomás José ... Tambor ... (fólio 197);  
Miguel de Carvalho ... Tambor ... (fólio 197);  
José Caetano ... Tambor ... (fólio 197);  
Caetano Alberto ... Tambor ... (fólio 197);  
João Álvares ... Tambor ... (fólio 197);  
Agostinho António ... Tambor ... (fólio 197);  
José António dos Santos ... Tambor ... (fólio 197);  
António Álvares de Aguiar ... Tambor ... (fólio 197);  
José Lopes ... Tambor ... (fólio 197);

António da Silva Conceição ... Tambor ... (fólio 197);  
Bernardo José de Almeida ... Tambor ... (fólio 197);  
Norberto Soares ... Tambor ... (fólio 197);  
António Francisco ... Tambor ... (fólio 197);  
Luís José ... Sargento ... (fólio 222);  
José Joaquim Minos ... Furriel ... (fólio 221);  
José Diogo ... Cabo ... (fólio 221);  
Caetano Correia da Silva ... Cabo ... (fólio 221);  
Bernardo da Paixão ... Cabo ... (fólio 221);  
José António da Silva ... Cabo ... (fólio 221);  
José Joaquim ... Tambor ... (fólio 221);  
Manuel Gomes ... Tambor ... (fólio 221);  
Jerónimo dos Santos ... Tambor ... (fólio 221);  
Manuel Gomes ... Tambor ... (fólio 221);  
Inácio Pereira ... Tambor ... (fólio 221);  
José Ferreira ... Tambor ... (fólio 221);  
José da Cruz ... Tambor ... (fólio 221);  
Sebastião Dias ... Tambor ... (fólio 221);  
Carlos Pereira ... Tambor ... (fólio 223);  
António Marques ... Tambor ... (fólio 223);  
António Dias ... Tambor ... (fólio 223);  
João da Silva ... Tambor ... (fólio 223);  
José Cristóvão ... Tambor ... (fólio 223);  
Manuel dos Santos ... Tambor ... (fólio 223);  
Diogo Luís Leitão ... Tambor ... (fólio 223);  
José Luís de Oliveira ... Tambor ... (fólio 223);  
Francisco Álvares ... Tambor ... (fólio 223);  
Manuel Simões ... Tambor ... (fólio 223);  
Guilherme de Matos ... Tambor ... (fólio 223);  
Manuel José de Almeida ... Tambor ... (fólio 223);  
António José Barroso ... Tambor ... (fólio 223);  
António José Caetano ... Tambor ... (fólio 223);  
José António Luís ... Tambor ... (fólio 223);  
Manuel Ferreira ... Tambor ... (fólio 225);  
António José de Lima ... Tambor ... (fólio 225);  
António Valente ... Tambor ... (fólio 225);  
Bento José ... Tambor ... (fólio 225);  
Guilherme Ribeiro ... Tambor ... (fólio 225);  
José António Cardoso ... Tambor ... (fólio 225);  
Manuel da Silva ... Tambor ... (fólio 225);  
António de Almeida ... Tambor ... (fólio 225);  
José Rodrigues Machado ... Tambor ... (fólio 225);  
Lourenço Gonçalves ... Tambor ... (fólio 225);  
José Pinheiro ... Tambor ... (fólio 225);  
Manuel António Valente ... Tambor ... (fólio 225);  
Eugénio Gonçalves ... Tambor ... (fólio 225);  
Teotónio de Azevedo ... Tambor ... (fólio 225);  
Francisco António ... Tambor ... (fólio 225);  
António Álvares ... Tambor ... (fólio 227);  
Teotónio Coelho ... Tambor ... (fólio 227);  
João Pedro Carlos ... Tambor ... (fólio 227);  
Manuel Lopes da Silva ... Tambor ... (fólio 227);  
Manuel Álvares Araújo ... Tambor ... (fólio 227);  
Francisco Nunes ... Tambor ... (fólio 227);  
Francisco Romano ... Tambor ... (fólio 227);  
Inácio da Silva ... Tambor ... (fólio 227);  
João António Vieira ... Tambor ... (fólio 227);  
Manuel Álvares Araújo ... Tambor ... (fólio 227);  
Maneul José Paixão ... Tambor ... (fólio 227);  
José Pedro de Sousa ... Sargento ... (fólio 251);  
Ângelo Vieira Mequelim ... Furriel ... (fólio 251);  
Inácio José Ferreira Cutrim ... Porta-bandeira ... (fólio 251);  
José Rodrigues Paiva ... Cabo ... (fólio 251);  
Domingos Gomes Ferreira ... Cabo ... (fólio 251);  
Joaquim José Ribeiro ... Cabo ... (fólio 251);  
Miguel de Azevedo ... Cabo ... (fólio 251);  
Manuel de Matos ... Cadete ... (fólio 251);  
Diogo de Melo ... Cadete ... (fólio 251);  
Francisco Xavier Violovi ... Cadete ... (fólio 251);  
António Joaquim Leitão Vasconcelos ... Cadete ... (fólio 251);  
Severino António ... Tambor ... (fólio 251);  
Januário Elias ... Anspeçada ... (fólio 251);  
Manuel José ... Anspeçada ... (fólio 251);  
D. Miguel Henriques ... Anspeçada ... (fólio 251);  
Jacinto Soares ... Anspeçada ... (fólio 253);



Domingos Lopes ... Anspeçada ... (fólio 253);  
Joaquim Inácio do Vale ... Anspeçada ... (fólio 253);  
Manuel Luís ... Anspeçada ... (fólio 253);  
Manuel Francisco ... Anspeçada ... (fólio 253);  
Teotónio Rodrigues ... Anspeçada ... (fólio 253);  
Joaquim José Lucas ... Anspeçada ... (fólio 253);  
José António da Fonseca ... Anspeçada ... (fólio 253);  
Francisco Gomes ... Anspeçada ... (fólio 253);  
João António de Araújo ... Anspeçada ... (fólio 253);  
José António Freire ... Anspeçada ... (fólio 253);  
Macário Pires ... Anspeçada ... (fólio 253);  
Bernardo dos Santos ... Anspeçada ... (fólio 253);  
Luís Gonçalves ... Anspeçada ... (fólio 253);  
José Francisco ... Anspeçada ... (fólio 253);  
João António de Oliveira ... Anspeçada ... (fólio 255);  
Francisco Antunes ... Anspeçada ... (fólio 255);  
António de Freitas ... Anspeçada ... (fólio 255);  
Lourenço António ... Anspeçada ... (fólio 255);  
Manuel Luís Tiago ... Anspeçada ... (fólio 255);  
Joaquim Ferreira ... Anspeçada ... (fólio 255);  
José Bentes de Oliveira ... Anspeçada ... (fólio 255);  
José Francisco ... Anspeçada ... (fólio 255);  
Henrique Lopes ... Anspeçada ... (fólio 255);  
Joaquim da Cunha ... Anspeçada ... (fólio 255);  
António Rodrigues ... Anspeçada ... (fólio 255);  
José Dias ... Anspeçada ... (fólio 255);  
Manuel Ferreira ... Anspeçada ... (fólio 255);  
Policarpo José Ferreira ... Anspeçada ... (fólio 255);  
Porfírio José ... Anspeçada ... (fólio 255);  
António Pedro ... Anspeçada ... (fólio 257);  
António Pereira ... Anspeçada ... (fólio 257);  
António Nogueira ... Anspeçada ... (fólio 257);  
Leandro José ... Anspeçada ... (fólio 257);  
Francisco Dias ... Anspeçada ... (fólio 257);  
João José Mimoso ... Anspeçada ... (fólio 257);  
Manuel Afonso ... Anspeçada ... (fólio 257);  
José António da Costa ... Anspeçada ... (fólio 257);  
Simão Gomes ... Anspeçada ... (fólio 257);  
Luís Beltrão ... Anspeçada ... (fólio 257);  
ilásio José ... Anspeçada ... (fólio 257);  
João Bento ... Anspeçada ... (fólio 257);  
António Francisco Baptista ... Anspeçada ... (fólio 257);  
Francisco Gomes da Silva ... Sargento ... (fólio 281);  
António João da Serra ... Furriel ... (fólio 281);  
Julião Vicente Barreto ... Porta-bandeira ... (fólio 281);  
João Pedro do Rego ... Cabo ... (fólio 281);  
Bernardino José ... Cabo ... (fólio 281);  
José dos Santos ... Cabo ... (fólio 281);  
António José dos Santos ... Cabo ... (fólio 281);  
Inácio Bonjardim ... Cadete ... (fólio 281);  
António da Cunha da Costa de Azevedo ... Cadete ... (fólio 281);  
Joaquim Branco ... Tambor ... (fólio 281);  
João dos Reis ... Anspeçada ... (fólio 281);  
José Dionísio ... Anspeçada ... (fólio 281);  
José António da Silva ... Anspeçada ... (fólio 281);  
Lopo José ... Anspeçada ... (fólio 281);  
José de Moraes ... Anspeçada ... (fólio 281);  
Manuel José Lopes ... Anspeçada ... (fólio 283);  
Damásio José ... Anspeçada ... (fólio 283);  
António José Fortier ... Anspeçada ... (fólio 283);  
Joaquim José dos Reis ... Anspeçada ... (fólio 283);  
José Pedro de Moraes ... Anspeçada ... (fólio 283);  
Alexandre José Cardoso ... Anspeçada ... (fólio 283);  
Manuel Furtado ... Anspeçada ... (fólio 283);  
José Nunes ... Anspeçada ... (fólio 283);  
Joaquim José dos Santos ... Anspeçada ... (fólio 283);  
Francisco Ventura Rodrigues ... Anspeçada ... (fólio 283);  
Pedro José Moreira ... Anspeçada ... (fólio 283);  
João Francisco ... Anspeçada ... (fólio 283);  
Bruno José ... Anspeçada ... (fólio 283);  
Manuel da Cruz ... Anspeçada ... (fólio 283);  
José Joaquim Vieira ... Anspeçada ... (fólio 283);  
Pedro Crisóstemo ... Anspeçada ... (fólio 283);  
Manuel Álvares ... Anspeçada ... (fólio 285);  
Manuel Luís ... Anspeçada ... (fólio 285);

António Esteves ... Anspeçada ... (fólio 285);  
Luís António ... Anspeçada ... (fólio 285);  
António José ... Anspeçada ... (fólio 285);  
José de Sousa ... Anspeçada ... (fólio 285);  
Baltazar António Pinto ... Anspeçada ... (fólio 285);  
Manuel Correia ... Anspeçada ... (fólio 285);  
Tomé Jorge ... Anspeçada ... (fólio 285);  
José Diniz ... Anspeçada ... (fólio 285);  
Manuel José Pinheiro ... Anspeçada ... (fólio 285);  
Bernardo José de Sousa ... Anspeçada ... (fólio 285);  
Domingos José ... Anspeçada ... (fólio 285);  
Manuel Monteiro ... Anspeçada ... (fólio 285);  
Manuel Gonçalves Viana ... Anspeçada ... (fólio 287);  
Manuel José Pereira ... Anspeçada ... (fólio 287);  
Francisco Pedro de Brito ... Anspeçada ... (fólio 287);  
Joaquim de Seixas ... Anspeçada ... (fólio 287);  
Francisco Lima Viana ... Anspeçada ... (fólio 287);  
Luís José ... Anspeçada ... (fólio 287);  
José Lopes ... Anspeçada ... (fólio 287);  
José Pereira ... Anspeçada ... (fólio 287);  
Basílio António ... Anspeçada ... (fólio 287);  
Joaquim José Machado ... Anspeçada ... (fólio 287);  
Francisco Vaz da Guerra ... Anspeçada ... (fólio 287);  
José Antunes ... Anspeçada ... (fólio 287);  
Luís José ... Anspeçada ... (fólio 287);  
Pedro José ... Sargento ... (fólio 311);  
Manuel José Marques ... Furriel ... (fólio 311);  
Justino António ... Porta-bandeira ... (fólio 311);  
Pedro António Virgulino ... Cabo ... (fólio 311);  
José Francisco Barreiro ... Cabo ... (fólio 311);  
Luís António ... Cabo ... (fólio 311);  
Eusébio da Silva ... Cabo ... (fólio 311);  
Francisco Agostinho de Melo ... Cadete ... (fólio 311);  
José Bento dos Reis Calado ... Cadete ... (fólio 311);  
José Leal ... Tambor ... (fólio 311);  
António Marques ... Tambor ... (fólio 311);  
Sebastião José Coelho ... Tambor ... (fólio 311);  
António Rodrigues ... Tambor ... (fólio 311);  
João Fernandes ... Tambor ... (fólio 311);  
Ângelo de Oliveira ... Tambor ... (fólio 313);  
José Nunes ... Tambor ... (fólio 313);  
José Eugénio ... Tambor ... (fólio 313);  
António José Carneiro ... Tambor ... (fólio 313);  
Manuel da Costa ... Tambor ... (fólio 313);  
António José de Oliveira ... Tambor ... (fólio 313);  
João Gomes ... Tambor ... (fólio 311);  
António Mendes Teixeira ... Anspeçada ... (fólio 313);  
Francisco das Chagas ... Anspeçada ... (fólio 313);  
Francisco Gaspar ... Anspeçada ... (fólio 313);  
Joaquim José Monteiro ... Anspeçada ... (fólio 313);  
António Álvares ... Anspeçada ... (fólio 313);  
Ângelo da Cruz ... Anspeçada ... (fólio 313);  
Manuel de Andrade ... Anspeçada ... (fólio 313);  
Bernardo José da Guerra ... Anspeçada ... (fólio 313);  
Manuel António Dias ... Anspeçada ... (fólio 313);  
José Baptista da Piedade ... Anspeçada ... (fólio 315);  
Francisco Pereira ... Anspeçada ... (fólio 315);  
Sebastião Álvares ... Anspeçada ... (fólio 315);  
Manuel Martins ... Anspeçada ... (fólio 315);  
Félix José ... Anspeçada ... (fólio 315);  
António José da Rosa ... Anspeçada ... (fólio 315);  
Francisco Xavier dos Santos ... Anspeçada ... (fólio 315);  
Carlos de Jesus ... Anspeçada ... (fólio 315);  
João da Mata ... Anspeçada ... (fólio 315);  
Manuel de Jesus ... Anspeçada ... (fólio 315);  
Domingos da Silva ... Anspeçada ... (fólio 315);  
António Lopes ... Anspeçada ... (fólio 315);  
José Joaquim dos Santos ... Anspeçada ... (fólio 315);  
Inocêncio José ... Anspeçada ... (fólio 315);  
Francisco Xavier ... Anspeçada ... (fólio 315);  
Francisco Antunes Xavier ... Anspeçada ... (fólio 317);  
Joaquim José ... Anspeçada ... (fólio 317);  
António Delgado ... Anspeçada ... (fólio 317);  
José Joaquim Ferreira ... Anspeçada ... (fólio 317);  
Joaquim de Mello ... Anspeçada ... (fólio 317);

Manuel da Silva Abreu ... Anspeçada ... (fólio 317);  
José Lopes ... Anspeçada ... (fólio 317);  
António José Barbosa ... Anspeçada ... (fólio 317);  
Manuel Gregório do Nascimento ... Anspeçada ... (fólio 317);  
Domingos Vieira ... Anspeçada ... (fólio 317);  
Manuel António Cordeiro ... Anspeçada ... (fólio 317);  
Tomé Baptista ... Anspeçada ... (fólio 317);  
Pedro Paulo ... Anspeçada ... (fólio 317);  
Silvestre Lourenço ... Sargento ... (fólio 341);  
Manuel dos Santos ... Furriel ... (fólio 341);  
Joaquim Cláudio da Fonseca ... Porta-bandeira ... (fólio 341);  
Raimundo José ... Cabo ... (fólio 341);  
Francisco José Botelho ... Cabo ... (fólio 341);  
Domingos Silvestre ... Cabo ... (fólio 341);  
Joaquim José do Rego ... Cabo ... (fólio 341);  
José Percópio ... Cadete ... (fólio 341);  
Laurentino de Azevedo ... Cabo ... (fólio 341);  
Joaquim José ... Tambor ... (fólio 341);  
Sebastião Ribeiro ... Anspeçada ... (fólio 341);  
Jacinto Marcelino ... Anspeçada ... (fólio 341);  
António José ... Anspeçada ... (fólio 341);  
Manuel Monteiro ... Anspeçada ... (fólio 341);  
João Manuel da Cunha ... Anspeçada ... (fólio 341);  
João Nobre ... Anspeçada ... (fólio 343);  
Francisco Monteiro ... Anspeçada ... (fólio 343);  
Carlos José ... Anspeçada ... (fólio 343);  
Joaquim José Franco ... Anspeçada ... (fólio 343);  
José da Costa ... Anspeçada ... (fólio 343);  
António José ... Anspeçada ... (fólio 343);  
José Francisco ... Anspeçada ... (fólio 343);  
Caetano de Matos ... Anspeçada ... (fólio 343);  
José Pedro ... Anspeçada ... (fólio 343);  
José dos Santos ... Anspeçada ... (fólio 343);  
José Joaquim de Azevedo ... Anspeçada ... (fólio 343);  
João António ... Anspeçada ... (fólio 343);  
Francisco de Miranda ... Anspeçada ... (fólio 343);  
Manuel Agostinho ... Anspeçada ... (fólio 343);  
José Lourenço ... Anspeçada ... (fólio 343);  
José António ... Anspeçada ... (fólio 345);  
José Luís ... Anspeçada ... (fólio 345);  
Joaquim Manuel da Costa ... Anspeçada ... (fólio 345);  
José Gomes ... Anspeçada ... (fólio 345);  
Manuel Rodrigues Panasco ... Anspeçada ... (fólio 345);  
Domingos da Costa ... Anspeçada ... (fólio 345);  
Teodoro José Gomes ... Anspeçada ... (fólio 345);  
Jerónimo Pinheiro ... Anspeçada ... (fólio 345);  
Manuel Carvalho ... Anspeçada ... (fólio 345);  
Francisco Ferreira ... Anspeçada ... (fólio 345);  
João Rodrigues ... Anspeçada ... (fólio 345);  
Francisco Pereira ... Anspeçada ... (fólio 345);  
José Dias ... Anspeçada ... (fólio 345);  
João António Maciel ... Anspeçada ... (fólio 345);  
Francisco Lopes de Oliveira ... Anspeçada ... (fólio 345);  
Guilherme Coelho ... Anspeçada ... (fólio 345);  
Timoteo Luís ... Anspeçada ... (fólio 347);  
Bernardo de Figueiredo ... Anspeçada ... (fólio 347);  
Jerónimo Pereira da Costa ... Anspeçada ... (fólio 347);  
Caetano José da Costa ... Anspeçada ... (fólio 347);  
Filipe Correia ... Anspeçada ... (fólio 347);  
José de Almeida ... Anspeçada ... (fólio 347);  
José Caetano ... Anspeçada ... (fólio 347);  
António da Costa Calheiros ... Anspeçada ... (fólio 347);  
Marcelino João ... Anspeçada ... (fólio 347);  
Rodrigo Gomes Pereira ... Anspeçada ... (fólio 347);  
Manuel de Alcobia ... Anspeçada ... (fólio 347);  
João Ferreira ... Anspeçada ... (fólio 347);  
João Francisco Lisboa ... Sargento ... (fólio 371);  
Brás António ... Furriel ... (fólio 371);  
Alexandre José Correia ... Porta-bandeira ... (fólio 371);  
Joaquim Inácio de Brito ... Cabo ... (fólio 371);  
José Jorge ... Cabo ... (fólio 371);  
Marcelino José ... Cabo ... (fólio 371);  
André António Soares ... Cabo ... (fólio 371);  
Anastácio Henriques Pereira ... Cadete ... (fólio 371);  
Paulo Rafael ... Cabo ... (fólio 371);

Manuel Nunes ... Tambor ... (fólio 371);  
Francisco Duarte Carrilho ... Tambor ... (fólio 371);  
António Álvares ... Tambor ... (fólio 371);  
António Vicente ... Tambor ... (fólio 371);  
Narciso André ... Anspeçada ... (fólio 371);  
German Gorssn ... Anspeçada ... (fólio 371);  
João Rodrigues ... Anspeçada ... (fólio 373);  
Silvestre Martins ... Anspeçada ... (fólio 373);  
José Gonçalves ... Anspeçada ... (fólio 373);  
José António Pereira ... Anspeçada ... (fólio 373);  
José Marques ... Anspeçada ... (fólio 373);  
José Pereira Pacheco ... Anspeçada ... (fólio 373);  
João da Costa ... Anspeçada ... (fólio 373);  
José da Cruz ... Anspeçada ... (fólio 373);  
José Carlos Vedigal ... Anspeçada ... (fólio 373);  
António José Ricardo ... Anspeçada ... (fólio 373);  
José dos Santos ... Anspeçada ... (fólio 373);

<b>Ingressos adicionais:</b>	Fundo fechado.
<b>Sistema de organização:</b>	Ordem cronológica.
<b>Condições de acesso:</b>	Acessível.
<b>Condições de reprodução:</b>	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
<b>Cota atual:</b>	6/V/9/3
<b>Cota descritiva:</b>	2 (localização: 6-V-9-3).
<b>Idioma e escrita:</b>	Português.
<b>Características físicas e requisitos técnicos:</b>	1 livro com 460 fólios; papel; manuscrito.
<b>Instrumentos de descrição:</b>	Índices.
<b>Nota de edição:</b>	Criação de associações ao(s) seguinte(s) objeto(s) digital(ais): , 95584, 95585, 95586, 95587, 95588, 95589, 95590, 95591, 95592, 95593, 95594, 95595, 95596, 95597, 95598, 95599, 95600, 95601, 95602, 95603, 95604, 95605, 95606, 95607, 95608, 95609, 95610, 95611, 95612, 95613, 95614, 95615, 95616, 95617, 95618, 95619, 95620, 95621, 95622, 95623, 95624, 95625, 95626, 95627, 95628, 95629, 95630, 95631, 95632, 95633, 95634, 95635, 95636, 95637, 95638, 95639, 95640, 95641, 95642, 95643, 95644, 95645, 95646, 95647, 95648, 95649, 95650, 95651, 95652, 95653, 95654, 95655, 95656, 95657, 95658, 95659, 95660, 95661, 95662, 95663, 95664, 95665, 95666, 95667, 95668, 95669, 95670, 95671, 95672, 95673, 95674, 95675, 95676, 95677, 95678, 95679, 95680, 95681, 95682, 95683, 95684, 95685, 95686, 95687, 95688, 95689, 95690, 95691, 95692, 95693, 95694, 95695, 95696, 95697, 95698, 95699, 95700, 95701, 95702, 95703, 95704, 95705, 95706, 95707, 95708, 95709, 95710, 95711, 95712, 95713, 95714, 95715, 95716, 95717, 95718, 95719, 95720, 95721, 95722, 95723, 95724, 95725, 95726
<b>Regras ou convenções:</b>	ISAD(G), ODA.
<b>Data da descrição:</b>	2013-10-07 13:37:00

---

<b>Nível de descrição:</b>	UI
<b>Código de referência:</b>	PT/BCM-AH/DGM/01/2/03
<b>Título:</b>	Registo do Regimento Segundo da Armada
<b>Datas de produção:</b>	1736 / 1764
<b>Produtor(es):</b>	Direcção Geral da Marinha.
<b>Dimensão e suporte:</b>	1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:** Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos nomes, terras, idades e serviços dos Oficiais do Regimento da Armada, dos Oficiais Inferiores, Cadetes, Tambores e Soldados das Companhias, e ainda o registo dos licenciados, nomeadamente:

Joze Francisco Machado de Mendonça ( José Francisco Machado de Mendonça ) ... Coronel ... (fólio 1);  
Francisco Xavier Alcavarra ... Tenente-coronel ... (fólio 1);  
Jerónimo Vaz Monteiro ... Ajudante ... (fólio 1);  
António Godinho Leytão ( António Godinho Leitão )... Quartel mestre ... (fólio 1);  
António Teixeira Coelho da Silva Mello ( António Teixeira Coelho da Silva Mello )... Capitão de Granadeiro ... (fólio 2);  
António Ramos Caminha ... Capitão ... (fólio 2);  
Manoel Martins Ribeiro ( Manuel Martins Ribeiro ) ... Capitão ... (fólio 2);  
Tristam Pereira dos Reiz ( Tristão Pereira dos Reis )... Capitão ... (fólio 2);  
Sebastião Pereira Cabral ... Capitão ... (fólio 2);  
Veríssimo Ferreira de Matos Souto ... Capitão ... (fólio2);  
Joze Luís Ferreira ( José Luís Ferreira )... Capitão ... (fólio 2);  
Manoel António Monteiro ( Manuel António Monteiro ) ... Capitão ... (fólio 2);  
Manoel da Silva Alvez ( Manuel da Silva Alves )... Capitão ... (fólio 2);  
Felipe Manoel Franco ( Filipe Manuel Franco )... Capitão ... (fólio 2);  
Manoel Campelo de Andrade ( Manuel Campelo de Andrade )... Capitão ... (fólio 2);  
Dionizio Bandeira ( Dionísio Bandeira ) ... Capitão agregado ... (fólio 2);  
Luiz Freire Pereira ( Luís Freire Pereira ) ... Capitão agregado ... (fólio 2);  
Manoel Dias ( Manuel Dias )... Capitão agregado ... (fólio 2);  
Manoel Joze do Reis ( Manuel José dos Reis )... Capitão ... (fólio 2);  
Joaquim Manuel dos Santos ( Joaquim Manuel dos Santos ) ... Tenente ... (fólio 3);  
Sylvestre Rabelo da Fonseca ( Silvestre Rebelo da Fonseca )... Tenente ... (fólio 3);  
Faustino Joze Pereira ( Faustino José Pereira ) ... Tenente ... (fólio 3);  
António Joze de Faria ( António José de Faria )... Tenente ... (fólio 3);  
Manoel Feliciano Gonçalves ( Manuel Feliciano Gonçalves ) ... Tenente ... (fólio 3);  
António Melo de Castro ... Tenente ... (fólio 3);  
António Tavares de Medeiros ... Tenente ... (fólio 3);  
Francisco Lopes Xavier ... Tenente ... (fólio 3);  
Bernardo Ribeiro ... Tenente ... (fólio 3);  
João António de Souza ( João António de Sousa )... Tenente ... (fólio 3);  
Manoel Luiz da Pasoam ( Manuel Luís Passos ) ... Tenente ... (fólio 3);  
Miguel Pereira ... Tenente ... (fólio 3);  
Paulo Manoel Teixeira Dultra Gonçalves da Camara ( Paulo Manuel Teixeira Dultra Gonçalves da Câmara ) ... Alferes ... (fólio 11);  
Claudio Xavier de Barros ( Cláudio Xavier de Barros ) ... Alferes ... (fólio 11);  
Francisco Nunes ... Alferes ... (fólio 11);  
João Baptista Cabana ( João Batista Cabana ) ... Alferes ... (fólio 11);  
Joze Cazimiro Gonçalves ( José Cazimiro Gonçalves )... Alferes ... (fólio 11);  
Estevão Joze de Brito ( Estevão José de Brito ) ... Alferes ... (fólio 11);  
Guilherme de Sexaes ( Guilherme de Seixas )... Alferes ... (fólio 11);  
João Barros de Menezes ... Alferes ... (fólio 11);  
Joze da Sylva ( José da Silva )... Alferes ... (fólio 11);  
Simpliciano Joze ( Simpliciano José ) ... Alferes ... (fólio 11);  
Thomaz Manoel del Morah ( Tomás Manuel del Morah ) ... Alferes ... (fólio 11);  
Joaquim Salema de Saldanha Lobo ... Alferes ... (fólio 11);  
Lúcio António Pimentel ... Alferes ... (fólio 11);  
Joaquim Joze Nogueira ( Joaquim José Nogueira ) ... Alferes ... (fólio 11);  
Lucas Joze Espinoza ( Lucas José Espinoza )... Alferes agregado ... (fólio 11);  
Joze Pires Monteiro de Oliveira ( José Pires Monteiro de Oliveira )... Auditor ... (fólio 41);  
João Gomes ... Capelão-mor ... (fólio 41);  
Francisco de Souza ( Francisco de Sousa ) ... Cirurgião-mor ... (fólio 41);  
Joze Alves dos Santos ( José Alves dos Santos ) ... Ajudante de cirurgião ... (fólio 41);  
Manoel Carvalho ( Manuel Carvalho ) ... Ajudante de cirurgião ... (fólio 41);  
João António Lopes ... Ajudante do cirurgião ... (fólio 41);  
Paulino Xavier Palmeirim ... Ajudante de Cirurgião ... (fólio 41);  
João Gonçalves ... Tambor-mor ... (fólio 41);  
Manoel António Rodrigues ( Manuel António Rodrigues )... Sargento ... (fólio 41);  
Joze Ferreira ( José Ferreira ) ... Furriel ... (fólio 41);  
António de Sexaes ( António de Seixas ) ... Porta-bandeira ... (fólio 43);  
Vitorino Joze ( Vitorino José ) ... Cabo ... (fólio 43);  
Joze Henriques de Figueiredo dos Santos Moreno ( José Henriques de Figueiredo dos Santos Moreno ) ... Cabo ... (fólio 43);  
João Joaquim Gomes ... Cabo ... (fólio 43);  
Joze de Miranda ( José de Miranda ) ... Cabo ... (fólio 43);  
Joze de Miranda ( José de Miranda ) ... Anspeçada ... (fólio 43);

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

<b>Sistema de organização:</b>	Ordem cronológica.
<b>Condições de acesso:</b>	Acessível.
<b>Condições de reprodução:</b>	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
<b>Cota atual:</b>	6/V/9/3
<b>Cota descritiva:</b>	3 (localização: 6-V-9-3).
<b>Idioma e escrita:</b>	Português.
<b>Características físicas e requisitos técnicos:</b>	1 livro com 460 fólios; papel; manuscrito.
<b>Instrumentos de descrição:</b>	Índices.
<b>Regras ou convenções:</b>	ISAD(G), ODA.
<b>Data da descrição:</b>	2013-10-08 14:28:52

<b>Nível de descrição:</b>	SR
<b>Código de referência:</b>	PT/BCM-AH/DGM/01/3
<b>Título:</b>	PASSAGENS DE OFICIAIS INFERIORES E SOLDADOS DOS REGIMENTOS DE LA LIPE E 1ª ARMADA PARA ESTE DA 2ª ARMADA
<b>Datas de produção:</b>	1763 / 1765
<b>Produtor(es):</b>	Direcção Geral da Marinha.
<b>Dimensão e suporte:</b>	1 u.i.
<b>História custodial e arquivística:</b>	<p>Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.</p> <p>O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo. O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha. Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.</p>
<b>Âmbito e conteúdo:</b>	Inclui o registo das Ordens de Sua Majestade para que dê passagem para o segundo Regimento da Armada a Oficiais Inferiores e Soldados.
<b>Ingressos adicionais:</b>	Fundo fechado.
<b>Sistema de organização:</b>	Ordem cronológica.
<b>Condições de acesso:</b>	Acessível.
<b>Condições de reprodução:</b>	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
<b>Cota atual:</b>	6/V/9/3
<b>Cota descritiva:</b>	4 (localização: 6-V-9-3).
<b>Idioma e escrita:</b>	Português.

<b>Características físicas e requisitos técnicos:</b>	Conjunto de folhas. 1 livro com 77 folhas; papel; manuscrito. Inclui 1 folha dactilografada colada na primeira folha do livro.
<b>Instrumentos de descrição:</b>	Índices.
<b>Nota de edição:</b>	Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:52.
<b>Regras ou convenções:</b>	ISAD(G), ODA.
<b>Data da descrição:</b>	2013-10-11 13:23:50

---

<b>Nível de descrição:</b>	UI
<b>Código de referência:</b>	PT/BCM-AH/DGM/01/3/04
<b>Título:</b>	Passagens de Oficiais Inferiores e Soldados dos Regimentos de La Lipe e 1ª Armada para este da 2ª Armada
<b>Datas de produção:</b>	1763 / 1765
<b>Produtor(es):</b>	Direcção Geral da Marinha.
<b>Dimensão e suporte:</b>	1 u.i.
<b>História custodial e arquivística:</b>	<p>Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.</p> <p>O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.</p> <p>O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar nº 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação nº 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. Nº 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.</p> <p>Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.</p>
<b>Âmbito e conteúdo:</b>	Inclui o registo das Ordens de Sua Majestade para que dê passagem para o segundo Regimento da Armada a Oficiais Inferiores e Soldados.
<b>Ingressos adicionais:</b>	Fundo fechado.
<b>Sistema de organização:</b>	Ordem cronológica.
<b>Condições de acesso:</b>	Acessível.
<b>Condições de reprodução:</b>	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
<b>Cota atual:</b>	6/V/9/3
<b>Cota descritiva:</b>	4 (localização: 6-V-9-3).
<b>Idioma e escrita:</b>	Português.
<b>Características físicas e requisitos técnicos:</b>	Conjunto de folhas. 1 livro com 77 folhas; papel; manuscrito. Inclui 1 folha dactilografada colada na primeira folha do livro.
<b>Instrumentos de descrição:</b>	Índices.
<b>Regras ou convenções:</b>	ISAD(G), ODA.
<b>Data da descrição:</b>	2013-10-08 16:04:07

---

<b>Nível de descrição:</b>	SR
----------------------------	----



<b>Código de referência:</b>	PT/BCM-AH/DGM/01/4
<b>Título:</b>	PASSAGENS DO REGIMENTO SEGUNDO DA ARMADA PARA OUTROS REGIMENTOS E VICE-VERSA
<b>Datas de produção:</b>	1763 / 1765
<b>Produtor(es):</b>	Direcção Geral da Marinha.
<b>Dimensão e suporte:</b>	1 u.i.
<b>História custodial e arquivística:</b>	<p>Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.</p> <p>O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo. O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar nº 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação nº 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. Nº 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha. Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.</p>
<b>Fonte imediata de aquisição ou transferência:</b>	Transferência.
<b>Âmbito e conteúdo:</b>	Inclui o registo das várias passagens e trocas de militares, do Regimento da 2ª Armada para outros Regimentos.
<b>Ingressos adicionais:</b>	Fundo fechado.
<b>Sistema de organização:</b>	Ordem cronológica.
<b>Condições de acesso:</b>	Acessível.
<b>Condições de reprodução:</b>	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
<b>Cota atual:</b>	6/V/9/3
<b>Cota descritiva:</b>	5 (localização: 6-V-9-3).
<b>Idioma e escrita:</b>	Português.
<b>Características físicas e requisitos técnicos:</b>	Conjunto de folhas. 1 livro; papel; manuscrito. Inclui 1 folha dactilografada colada na primeira folha do livro.
<b>Instrumentos de descrição:</b>	Índices.
<b>Nota de edição:</b>	Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:52.
<b>Regras ou convenções:</b>	ISAD(G), ODA.
<b>Data da descrição:</b>	2013-10-11 13:28:29

---

<b>Nível de descrição:</b>	UI
<b>Código de referência:</b>	PT/BCM-AH/DGM/01/4/05
<b>Título:</b>	Passagens do Regimento Segundo da Armada para outros Regimentos e Vice-versa
<b>Datas de produção:</b>	1763 / 1765
<b>Produtor(es):</b>	Direcção Geral da Marinha.
<b>Dimensão e suporte:</b>	1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das várias passagens e trocas de militares, do Regimento da 2ª Armada para outros Regimentos.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/9/3

**Cota descritiva:**

5 (localização: 6-V-9-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

Conjunto de folhas.  
1 livro; papel; manuscrito.  
Inclui 1 folha dactilografada colada na primeira folha do livro.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-08 16:34:26

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/5

**Título:**

RELAÇÃO DA GENTE DE MAR QUE HÁ-DE IR PARA O ESTADO DA ÍNDIA

**Datas de produção:**

1764 / 1769

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

2 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui a relação da gente de mar que na Armada foi servir para o Estado da Índia, relação das naus, lotações e despesa feita por ordem de Sua Majestade.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

2 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:53.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 09:56:28

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/5/06

**Título:**

Relação da Gente de Mar que há-de ir para o Estado da Índia

**Datas de produção:**

1764 / 1764

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui a relação da gente do mar que na Armada foi servir para o Estado da Índia e a relação das naus, nomeadamente:

Nau de viagem "Nossa Senhora da Caridade e São Francisco de Paula" (folha 2), Nau de transporte "Nossa Senhora da Arrábida" (folha 2), lotação das naus (folha 2), aviso ao Tesoureiro dos armazéns (folha 2 verso), soldos da gente da nau de transporte (folha 3), relação nominal e soldos da guarnição da nau de viagem (folha 10); marinheiros dos oficias da nau de viagem (folha 27), relação nominal e soldos da guarnição da nau de transporte (folha 36), relação dos padres que vão para a Índia na nau de viagem (folha 53), despesa na paga da gente do mar que embarcou nas naus da Índia em 1764 (folha 54).

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/9/3

**Cota descritiva:**

6 (localização: 6-V-9-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 60 folhas; papel; manuscrito.  
Inclui 1 folha dactilografada colada na contracapa do livro.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-09 09:27:22

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/5/08

**Título:**

Relação da Gente de Mar que há-de ir para o Estado da Índia

**Datas de produção:**

1769 / 1769

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui a relação da gente de mar que na Armada foi servir para o Estado da Índia, lotações e despesa feita por ordem de Sua Majestade.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/9/3

**Cota descritiva:**

8 (localização: 6-V-9-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 80 folhas; papel; manuscrito.  
Inclui 1 folha dactilografada colada na contracapa do livro.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-09 10:08:49

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/6

**Título:**

RELAÇÃO DA GENTE DE GUERRA QUE HÁ-DE IR PARA O ESTADO DA ÍNDIA

**Datas de produção:**

1768 / 1798

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

2 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui a relação da gente de guerra que na Armada foi servir para o Estado da Índia e a relação da despesa (em ajudas de custo) com os militares.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

2 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:53.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 10:06:01

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/6/07

**Título:**

Relação da Gente de Guerra que há-de ir para o Estado da Índia

**Datas de produção:**

1768 / 1768

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui a relação da gente de guerra que na Armada foi servir para o Estado da Índia.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/9/3

**Cota descritiva:**

7 (localização: 6-V-9-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**1 livro com 80 folhas; papel; manuscrito.  
Inclui 1 folha dactilografada colada na contracapa do livro.**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-09 10:00:24

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/6/09

**Título:**

Relação da Gente de Guerra que há-de ir para o Estado da Índia e Moçambique

**Datas de produção:**

1798 / 1798

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui a relação da gente de guerra que na Armada foi servir para o Estado da Índia e a relação da despesa (em ajudas de custo) com os militares.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/9/3

**Cota descritiva:**

9 (localização: 6-V-9-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 139 folhas; papel; manuscrito.  
Inclui 1 folha dactilografada colada na contracapa do livro.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-09 10:19:59

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/7

**Título:**

LIVRO DE REGISTO PARA A ARMADA QUE HÁ-DE SERVIR NO ESTADO DA ÍNDIA E COLÓNIAS - (DEGREDDADOS, VOLUNTÁRIOS E DESPESAS)

**Datas de produção:**

1827 / 1827

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo para a Armada que irá servir no Estado da Índia e Colónias, nomeadamente: degredados e voluntários. Também inclui o registo das despesas.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/9/3

**Cota descritiva:**

10 (localização: 6-V-9-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 50 folhas; papel; manuscrito.  
Inclui 1 folha dactilografada colada na contracapa do livro.  
Inclui 1 folha solta com a data de 1797 manuscrita e impressa.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:54.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 11:58:10

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/7/010

**Título:**

Livro de Registo para a Armada que há-de Servir no Estado da Índia e Colónias - (Degredados, Voluntários e Despesas)

**Datas de produção:**

1827 / 1827

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo para a Armada que irá servir no Estado da Índia e Colónias, nomeadamente: degredados e voluntários. Também inclui o registo das despesas.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/9/3

**Cota descritiva:**

10 (localização: 6-V-9-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 50 folhas; papel; manuscrito.  
Inclui 1 folha dactilografada colada na contracapa do livro.  
Inclui 1 folha solta com a data de 1797 manuscrita e impressa.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-09 10:30:28

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/8

**Título:**

DESPACHOS QUE SE EXPEDEM PARA A REAL ASSINATURA DO PRÍNCIPE REGENTE

**Datas de produção:**

1801 / 1804

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Despachos que se expedem para a real assinatura do Príncipe Regente, nomeadamente: Alvarás do Concelho Ultramarino; Cartas Régias para diferentes entidades; Consultas do Concelho Ultramarino; Consultas do Concelho do Almirantado; Decretos do Concelho Ultramarino; Folhas dos Alvarás; Sesmarias do Concelho Ultramarino...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/9/3

**Cota descritiva:**

11 (localização: 6-V-9-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 139 folhas; papel; manuscrito.  
Inclui 1 folha dactilografada com o índice colado na contracapa do livro.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:54.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 13:17:03

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/8/011

**Título:**

Despachos que se Expedem para a Real Assinatura do Príncipe Regente

**Datas de produção:**

1801 / 1804

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Despachos que se expedem para a real assinatura do Príncipe Regente, nomeadamente: Alvarás do Concelho Ultramarino, Cartas Régias para diferentes entidades, Consultas do Concelho Ultramarino, Consultas do Concelho do Almirantado, Decretos do Concelho Ultramarino, Folhas dos Alvarás, Sesmarias do Concelho Ultramarino...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/9/3

**Cota descritiva:**

11 (localização: 6-V-9-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 139 folhas; papel; manuscrito.  
Inclui 1 folha dactilografada com o índice colado na contracapa do livro.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-09 10:47:14

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/9

**Título:**

REGISTO DE DECRETOS E CARTAS RÉGIAS PELO MINISTÉRIO DA MARINHA

**Datas de produção:**

1804 / 1866

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

8 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: promoções; nomeações; comutação de penas; concessão de pensões; reorganização do Ministério da Marinha e Ultramar; reorganização do Arsenal da Marinha; reforma da Repartição de Saúde-naval; reorganização do corpo de Engenheiros Construtores Navais; reorganização do Observatório Astronómico de Marinha; regulamento do Serviço de Saúde Naval...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

8 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:55.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 09:32:22

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/9/012

**Título:**

Registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha

**Datas de produção:**

1804 / 1818

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: promoções; nomeações; comutação de penas; concessão de pensões...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/9/3

**Cota descritiva:**

12 (localização: 6-V-9-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 529 folhas; papel; manuscrito.  
Inclui 1 folha dactilografada colada na contracapa do livro.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Criadas associações ao(s) ficheiro(s) (6977), pelo utilizador "m11002495" na data 05/04/2024 08:00:54

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-09 11:41:14

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/9/013

**Título:**

Registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha

**Datas de produção:**

1818 / 1827

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: promoções; nomeações; comutação de penas; concessão de pensões; reorganização do Ministério da Marinha e Ultramar; reorganização do Arsenal da Marinha; reforma da Repartição de Saúde-naval...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/9/5

**Cota descritiva:**

13 (localização: 6-V-9-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 262 folhas; papel; manuscrito.  
Inclui 1 folha dactilografada colada na primeira folha do livro.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Criadas associações ao(s) ficheiro(s) (6978), pelo utilizador "m11002495" na data 05/04/2024 09:33:43

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-09 13:31:15

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/9/014

**Título:**

Registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha

**Datas de produção:**

1828 / 1835

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: promoções; nomeações; comutação de penas; concessão de pensões; reorganização do Ministério da Marinha e Ultramar; reorganização do Arsenal da Marinha; reforma da Repartição de Saúde-naval...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/9/5

**Cota descritiva:**

14 (localização: 6-V-9-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 235 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-09 13:48:43

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/9/015

**Título:**

Registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha

**Datas de produção:**

1835 / 1841

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: promoções; nomeações; demissões... Contém um índice por ordem alfabética com os nomes e graduações.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/9/5

**Cota descritiva:**

15 (localização: 6-V-9-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 235 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-09 13:57:49

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/9/016

**Título:**

Registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha

**Datas de produção:**

1835 / 1841

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: promoções; perdão de penas; nomeações...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/9/5

**Cota descritiva:**

16 (localização: 6-V-9-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 305 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-09 14:09:41

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/9/017

**Título:**

Registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha

**Datas de produção:**

1851 / 1859

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: promoções; nomeações; concessão de pensões...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/9/5

**Cota descritiva:**

17 (localização: 6-V-9-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 287 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-09 14:16:16

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/9/018

**Título:**

Registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha

**Datas de produção:**

1859 / 1860

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: promoções; nomeações; reorganização do Ministério da Marinha e Ultramar; reorganização do Arsenal da Marinha; reforma da Repartição de Saúde-naval...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/9/5

**Cota descritiva:**

18 (localização: 6-V-9-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 241 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-09 14:23:17

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/9/019

**Título:**

Registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha

**Datas de produção:**

1860 / 1866

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: promoções; nomeações; comutação de penas; concessão de pensões...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/1

**Cota descritiva:**

19 (localização: 6-V-10-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 241 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-09 14:55:02

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/10

**Título:**

REGISTO DE CARTAS DE LEI PELO MINISTÉRIO DA MARINHA

**Datas de produção:**

1835 / 1869

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de cartas de lei pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: decreto que regula os soldos dos oficiais da Armada e da Brigada Real da Marinha; decreto que autoriza o governo a estabelecer uma Escola Naval...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/1

**Cota descritiva:**

20 (localização: 6-V-10-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 225 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:55.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 13:19:29

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/10/020

**Título:**

Registo de Cartas de Lei pelo Ministério da Marinha

**Datas de produção:**

1835 / 1869

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de cartas de lei pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: decreto que regula os soldos dos oficiais da Armada e da Brigada Real da Marinha; decreto que autoriza o governo a estabelecer uma Escola Naval...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/1

**Cota descritiva:**

20 (localização: 6-V-10-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 225 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-09 15:21:48

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/11

**Título:**

REGISTO DE PATENTES DOS OFICIAS DA ARMADA E DA BRIGADA REAL DA MARINHA

**Datas de produção:**

1821 / 1860

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

4 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de patentes dos Oficiais da Armada e Brigada Real da Marinha o decretos e as datas das respectivas promoções.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

4 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:56.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 10:16:44

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/11/021

**Título:**

Registo de Patentes dos Oficiais da Armada e da Brigada Real da Marinha

**Datas de produção:**

1821 / 1833

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de patentes dos Oficiais da Armada e Brigada Real da Marinha e as datas das respectivas promoções.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/1

**Cota descritiva:**

21 (localização: 6-V-10-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 230 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-09 15:35:31

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/11/022

**Título:**

Registo de Patentes dos Oficiais da Armada e da Brigada Real da Marinha

**Datas de produção:**

1833 / 1840

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de patentes dos Oficiais da Armada e Brigada Real da Marinha e as datas das respetivas promoções. Contém um índice organizado por ordem alfabética com os nomes das datas das patentes, postos e para onde foram despachados.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/1

**Cota descritiva:**

22 (localização: 6-V-10-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 230 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-09 15:54:48

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/11/023

**Título:**

Registo de Patentes dos Oficiais da Armada e da Brigada Real da Marinha

**Datas de produção:**

1840 / 1845

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de patentes dos Oficiais da Armada e Brigada Real da Marinha e as datas das respetivas promoções. Contém um índice organizado por ordem alfabética com os nomes das datas das patentes, postos e para onde foram despachados.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/1

**Cota descritiva:**

23 (localização: 6-V-10-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 409 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-09 16:02:37

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/11/024

**Título:**

Registo de Patentes dos Oficiais da Armada e da Brigada Real da Marinha

**Datas de produção:**

1845 / 1860

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de patentes dos Oficiais da Armada e Brigada Real da Marinha o decretos e as datas das respectivas promoções. Contém um índice organizado por ordem alfabética com os nomes e folhas.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/1

**Cota descritiva:**

24 (localização: 6-V-10-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 287 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-09 16:08:49

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/12

**Título:**

REGISTO DE PASSAPORTES E CERTIFICADOS DE NAVIOS

**Datas de produção:**

1836 / 1866

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

6 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos passaportes de navios, onde consta a data do registo, nome, local de saída e o destino da embarcação.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

6 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo modificado pelo utilizador "m11002495", na data 2023-07-27 11:35:02

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 11:56:06

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/12/025

**Título:**

Registo de Passaportes e Certificados de Navios

**Datas de produção:**

1836 / 1847

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos passaportes de navios, onde consta a data do registo, nome, local de saída e o destino da embarcação.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/1

**Cota descritiva:**

25 (localização: 6-V-10-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 231 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-09 16:16:10

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/12/026

**Título:**

Registo de Passaportes e Certificados de Navios

**Datas de produção:**

1847 / 1849

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos passaportes de navios, onde consta a data do registo, nome, local de saída e o destino da embarcação.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/1

**Cota descritiva:**

26 (localização: 6-V-10-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 181 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-09 17:13:37

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/12/027

**Título:**

Registo de Passaportes e Certificados de Navios

**Datas de produção:**

1850 / 1853

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos passaportes de navios, onde consta a data do registo, nome, local de saída e o destino da embarcação.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/1

**Cota descritiva:**

27 (localização: 6-V-10-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 195 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 11:02:32

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/12/028

**Título:**

Registo de Passaportes e Certificados de Navios

**Datas de produção:**

1858 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos passaportes de navios, onde consta a data do registo, nome, local de saída e o destino da embarcação.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/1

**Cota descritiva:**

28 (localização: 6-V-10-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 195 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 11:32:06

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/12/029

**Título:**

Registo de Passaportes e Certificados de Navios

**Datas de produção:**

1858 / 1861

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos passaportes de navios, onde consta a data do registo, o nome do navio, o local de saída e o destino do navio.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/1

**Cota descritiva:**

29 (localização: 6-V-10-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 346 páginas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 11:36:42

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/12/030

**Título:**

Registo de Passaportes e Certificados de Navios

**Datas de produção:**

1863 / 1866

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos passaportes de navios, onde consta a data do registo, nome, local de saída e o destino da embarcação.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/1

**Cota descritiva:**

30 (localização: 6-V-10-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 211 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 11:42:10

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/13

**Título:**

REGISTO DE INSTRUÇÕES A COMANDANTES DE NAVIOS DA ARMADA

**Datas de produção:**

1823 / 1859

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

5 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das instruções expedidas pela Secretaria de Estado da Marinha a comandantes dos navios de guerra, nomeadamente: o navio que deve comandar e a missão a cumprir.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

5 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:57.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 14:29:40

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/13/031

**Título:**

Registo de Instruções a Comandantes de Navios da Armada

**Datas de produção:**

1823 / 1833

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das instruções expedidas pela Secretaria de Estado da Marinha a comandantes dos navios de guerra, nomeadamente: o navio que deve comandar e a missão a cumprir.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/1

**Cota descritiva:**

31 (localização: 6-V-10-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 89 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 14:31:53

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/13/032

**Título:**

Registo de Instruções a Comandantes de Navios da Armada

**Datas de produção:**

1835 / 1842

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das instruções expedidas pela Secretaria de Estado da Marinha a comandantes dos navios de guerra, nomeadamente: o navio que deve comandar e a missão a cumprir.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/1

**Cota descritiva:**

32 (localização: 6-V-10-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 194 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 14:49:36

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/13/033

**Título:**

Registo de Instruções a Comandantes de Navios da Armada

**Datas de produção:**

1842 / 1847

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das instruções expedidas pela Secretaria de Estado da Marinha a comandantes dos navios de guerra, nomeadamente: o navio que deve comandar e a missão a cumprir.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/1

**Cota descritiva:**

33 (localização: 6-V-10-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 194 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 14:52:23

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/13/034

**Título:**

Registo de Instruções a Comandantes de Navios da Armada

**Datas de produção:**

1847 / 1858

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das instruções expedidas pela Secretaria de Estado da Marinha a comandantes dos navios de guerra, nomeadamente: o navio que deve comandar e a missão a cumprir.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/1

**Cota descritiva:**

34 (localização: 6-V-10-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 500 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 14:56:29

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/13/035

**Título:**

Registo de Instruções a Comandantes de Navios da Armada

**Datas de produção:**

1858 / 1859

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das instruções expedidas pela Secretaria de Estado da Marinha a comandantes dos navios de guerra, nomeadamente: o navio que deve comandar e a missão a cumprir.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/1

**Cota descritiva:**

35 (localização: 6-V-10-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 62 folhas; papel; manuscrito.  
Inclui 1 folha colada na primeira folha; papel; dactilografada.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 14:58:46

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/14

**Título:**

REGISTO DE AVISOS E ORDENS PARA O INSPECTOR DO ARSENAL, INTENDENTE DOS ARMAZÉNS, CONTADOR GERAL DA MARINHA, COMANDANTE DA BRIGADA REAL DA MARINHA E COMANDANTES DAS EMBARCAÇÕES REAIS

**Datas de produção:**

1821 / 1822

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens para o Inspector do Arsenal, Contador Geral da Marinha, Comandante da Brigada Real da Marinha e Comandante das Embarcações Reais, nomeadamente: requerimentos remetidos pela Secretaria de Estado da Marinha solicitando informações; ordens de El Rei sobre requerimentos de militares; reclamações de presos; advertências e comunicações aos comandantes...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:59.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 15:05:08

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/14/036

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal, Intendente dos Armazéns, Contador Geral da Marinha, Comandante da Brigada Real da Marinha e Comandantes das Embarcações Reais

**Datas de produção:**

1821 / 1822

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens para o Inspector do Arsenal, Contador Geral da Marinha, Comandante da Brigada Real da Marinha e Comandante das Embarcações Reais, nomeadamente: requerimentos remetidos pela Secretaria de Estado da Marinha solicitando informações; ordens de El Rei sobre requerimentos de militares, reclamações de presos, advertências e comunicações aos comandantes...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/1

**Cota descritiva:**

36 (localização: 6-V-10-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 15:32:25

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/15

**Título:**

REGISTO DE AVISOS E ORDENS PARA O CONTADOR GERAL DA MARINHA

**Datas de produção:**

1822 / 1859

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

19 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

19 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:58.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 15:42:44

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/15/037

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

**Datas de produção:**

1822 / 1825

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/2

**Cota descritiva:**

37 (localização: 6-V-10-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 15:50:21

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/15/038

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

**Datas de produção:**

1825 / 1828

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/2

**Cota descritiva:**

38 (localização: 6-V-10-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 239 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 15:55:13

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/15/039

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

**Datas de produção:**

1828 / 1831

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/2

**Cota descritiva:**

39 (localização: 6-V-10-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 16:02:44

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/15/040

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

**Datas de produção:**

1831 / 1834

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/2

**Cota descritiva:**

40 (localização: 6-V-10-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 16:38:27

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/15/041

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

**Datas de produção:**

1834 / 1835

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/2

**Cota descritiva:**

41 (localização: 6-V-10-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 233 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 16:42:55

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/15/042

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

**Datas de produção:**

1835 / 1836

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/2

**Cota descritiva:**

42 (localização: 6-V-10-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 230 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 16:47:45

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/15/043

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

**Datas de produção:**

1836 / 1838

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/2

**Cota descritiva:**

42 (localização: 6-V-10-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 16:49:45

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/15/044

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

**Datas de produção:**

1838 / 1841

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/2

**Cota descritiva:**

44 (localização: 6-V-10-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 289 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-10 16:52:52

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/15/045

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

**Datas de produção:**

1841 / 1843

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/2

**Cota descritiva:**

45 (localização: 6-V-10-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 285 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 09:15:13

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/15/046

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

**Datas de produção:**

1843 / 1844

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/2

**Cota descritiva:**

46 (localização: 6-V-10-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 09:25:36

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/15/047

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

**Datas de produção:**

1844 / 1846

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/2

**Cota descritiva:**

47 (localização: 6-V-10-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 189 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 09:28:30

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/15/048

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

**Datas de produção:**

1846 / 1847

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/2

**Cota descritiva:**

48 (localização: 6-V-10-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 189 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 09:37:40

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/15/049

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

**Datas de produção:**

1847 / 1850

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/2

**Cota descritiva:**

49 (localização: 6-V-10-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 389 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 09:39:49

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/15/050

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

**Datas de produção:**

1850 / 1852

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/2

**Cota descritiva:**

50 (localização: 6-V-10-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 188 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 10:50:39

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/15/051

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

**Datas de produção:**

1852 / 1853

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/2

**Cota descritiva:**

51 (localização: 6-V-10-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 193 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 11:05:14

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/15/052

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

**Datas de produção:**

1853 / 1854

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/2

**Cota descritiva:**

52 (localização: 6-V-10-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 194 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 11:07:09

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/15/053

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

**Datas de produção:**

1854 / 1856

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/2

**Cota descritiva:**

53 (localização: 6-V-10-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 193 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 11:08:10

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/15/054

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

**Datas de produção:**

1856 / 1857

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/2

**Cota descritiva:**

54 (localização: 6-V-10-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 195 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 11:10:03

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/15/055

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

**Datas de produção:**

1857 / 1859

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/2

**Cota descritiva:**

55 (localização: 6-V-10-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 196 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 11:12:06

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/16

**Título:**

REGISTO DE AVISOS E ORDENS PARA O INSPECTOR GERAL DAS MATAS E PINHAIS NACIONAIS

**Datas de produção:**

1825 / 1852

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

3 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Administrador Geral das Matas, nomeadamente: requisição de paus para o reparo da Igreja e Convento da Batalha; requisição de sementes de pinheiros para serem transportados à ilha da Madeira...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

3 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:59.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 11:14:49

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/16/056

**Título:**

Registos de Avisos e Ordens para o Inspector Geral das Matas e Pinhais Nacionais

**Datas de produção:**

1825 / 1838

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Administrador Geral das Matas, nomeadamente: requisição de paus para o reparo da Igreja e Convento da Batalha; requisição de sementes de pinheiros para serem transportados à ilha da Madeira...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/3

**Cota descritiva:**

56 (localização: 6-V-10-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 235 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 11:43:12

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/16/057

**Título:**

Registos de Avisos e Ordens para o Inspector Geral das Matas e Pinhais Nacionais

**Datas de produção:**

1839 / 1851

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Administrador Geral das Matas, nomeadamente: requisição de paus para o reparo da Igreja e Convento da Batalha; requisição de sementes de pinheiros para serem transportados à ilha da Madeira...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/3

**Cota descritiva:**

57 (localização: 6-V-10-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 280 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 11:46:53

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/16/058

**Título:**

Registos de Avisos e Ordens para o Inspector Geral das Matas e Pinhais Nacionais

**Datas de produção:**

1851 / 1852

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Administrador Geral das Matas, nomeadamente: requisição de paus para o reparo da Igreja e Convento da Batalha; requisição de sementes de pinheiros para serem transportados à ilha da Madeira...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/3

**Cota descritiva:**

58 (localização: 6-V-10-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 187 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 11:48:12

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/17

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE O MINISTÉRIO DA MARINHA E AS CÂMARAS DOS DIGNOS PARES E SENHORES DEPUTADOS DA NAÇÃO PORTUGUESA

**Datas de produção:**

1828 / 1863

**Produtor(es):**

Direção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

2 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência entre o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar para o Presidente da Câmara dos Senhores Deputados ou Secretário da Câmara dos Dignos Pares, nomeadamente propostas de lei.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

2 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:00.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 13:37:04

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/17/059

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministério da Marinha e as Câmaras dos Dignos Pares e Senhores Deputados da Nação Portuguesa

**Datas de produção:**

1828 / 1852

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência entre o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar para o Presidente da Câmara dos Senhores Deputados ou Secretário da Câmara dos Dignos Pares, nomeadamente propostas de lei.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/3

**Cota descritiva:**

59 (localização: 6-V-10-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 14:01:42

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/17/060

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministério da Marinha e as Câmaras dos Dignos Pares e Senhores Deputados da Nação Portuguesa

**Datas de produção:**

1852 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência entre o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar para o Presidente da Câmara dos Senhores Deputados ou Secretário da Câmara dos Dignos Pares, nomeadamente propostas de lei.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/3

**Cota descritiva:**

60 (localização: 6-V-10-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 14:04:45

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18

**Título:**

REGISTO DE ORDENS EXPEDIDAS AO MAJOR GENERAL DA ARMADA

**Datas de produção:**

1822 / 1868

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

30 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada, desde o dia 21 de novembro de 1822 em que se manda executar a Carta de Lei de 30 de outubro sobre a extinção do Conselho do Almirantado, e Junta da Fazenda da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

30 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:01.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 14:09:07

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/061

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1822 / 1824

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/3

**Cota descritiva:**

61 (localização: 6-V-10-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 14:50:51

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/062

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1824 / 1825

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/3

**Cota descritiva:**

62 (localização: 6-V-10-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 14:54:47

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/063

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1825 / 1826

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/3

**Cota descritiva:**

63 (localização: 6-V-10-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 14:58:04

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/064

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1826 / 1828

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/3

**Cota descritiva:**

64 (localização: 6-V-10-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 14:58:51

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/065

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1828 / 1829

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/3

**Cota descritiva:**

65 (localização: 6-V-10-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 137 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 15:00:18

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/066

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1828 / 1829

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/3

**Cota descritiva:**

66 (localização: 6-V-10-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 15:07:29

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/067

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1830 / 1831

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/3

**Cota descritiva:**

67 (localização: 6-V-10-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 15:08:23

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/068

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1831 / 1833

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/3

**Cota descritiva:**

68 (localização: 6-V-10-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 238 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 15:12:36

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/069

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1833 / 1834

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/3

**Cota descritiva:**

69 (localização: 6-V-10-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 236 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 15:14:23

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/070

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1834 / 1835

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/3

**Cota descritiva:**

70 (localização: 6-V-10-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 242 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 15:15:39

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/071

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1835 / 1837

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/4

**Cota descritiva:**

71 (localização: 6-V-10-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 229 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 15:19:21

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/072

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1837 / 1838

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/4

**Cota descritiva:**

71 (localização: 6-V-10-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 15:23:04

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/073

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1838 / 1840

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/5

**Cota descritiva:**

73 (localização: 6-V-10-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 287 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-11 15:29:59

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/074

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1840 / 1843

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/5

**Cota descritiva:**

74 (localização: 6-V-10-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 279 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 09:27:32

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/075

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1843 / 1844

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/5

**Cota descritiva:**

75 (localização: 6-V-10-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 09:30:30

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/076

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1844 / 1846

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/5

**Cota descritiva:**

76 (localização: 6-V-10-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 185 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 09:32:05

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/077

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1846 / 1847

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/5

**Cota descritiva:**

77 (localização: 6-V-10-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 187 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 09:39:29

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/078

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1847 / 1848

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/5

**Cota descritiva:**

78 (localização: 6-V-10-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 09:44:50

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/079

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1848 / 1850

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/5

**Cota descritiva:**

79 (localização: 6-V-10-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 193 folhas; papel; manuscrito.  
Inclui 1 folha colada na folha 112 e 2 folhas coladas na folha 113; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 09:46:31

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/080

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1850 / 1851

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/5

**Cota descritiva:**

80 (localização: 6-V-10-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 189 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 09:54:15

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/081

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1851 / 1852

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/5

**Cota descritiva:**

81 (localização: 6-V-10-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 238 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 09:56:12

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/082

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1852 / 1853

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/5

**Cota descritiva:**

82 (localização: 6-V-10-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 244 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 10:00:21

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/083

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1853 / 1855

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/5

**Cota descritiva:**

83 (localização: 6-V-10-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 240 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 10:06:30

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/084

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1855 / 1857

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/5

**Cota descritiva:**

84 (localização: 6-V-10-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 217 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 10:10:23

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/085

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1857 / 1859

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/5

**Cota descritiva:**

85 (localização: 6-V-10-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 189 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 10:14:43

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/086

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1859 / 1859

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/5

**Cota descritiva:**

86 (localização: 6-V-10-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 189 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 10:20:22

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/087

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1863 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/5

**Cota descritiva:**

87 (localização: 6-V-10-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 348 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 10:22:45

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/088

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1864 / 1866

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/5

**Cota descritiva:**

88 (localização: 6-V-10-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 345 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 10:28:47

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/089

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1866 / 1868

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/10/5

**Cota descritiva:**

89 (localização: 6-V-10-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 290 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 10:30:14

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/18/090

**Título:**

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

**Datas de produção:**

1868 / 1868

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/1

**Cota descritiva:**

90 (localização: 6-VII-1-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 233 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 10:37:58

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/19

**Título:**

REGISTO DE AVISOS PARA DIVERSOS TRIBUNAIS, JUNTAS DE CRÉDITO PÚBLICO E CONSELHO ULTRAMARINO

**Datas de produção:**

1832 / 1842

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

2 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos em que manda a Rainha, El Rei ou Duque de Bragança Regente em nome de El Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar para o Supremo Tribunal da Marinha, Supremo Conselho de Justiça Militar, outros tribunais e Juntas de Crédito Público.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

2 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:01.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 11:40:31

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/19/091

**Título:**

Registo de Avisos para Diversos Tribunais, Juntas de Crédito Público e Conselho Ultramarino

**Datas de produção:**

1832 / 1839

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos em que manda a Rainha, El Rei ou Duque de Bragança Regente em nome de El Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar para o Supremo Tribunal da Marinha, Supremo Conselho de Justiça Militar, outros tribunais e Juntas de Crédito Público.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/1

**Cota descritiva:**

91 (localização: 6-VII-1-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 169 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 11:31:23

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/19/092

**Título:**

Registo de Avisos para Diversos Tribunais, Juntas de Crédito Público e Conselho Ultramarino

**Datas de produção:**

1840 / 1842

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de avisos em que manda a Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar para o Supremo Tribunal da Marinha, Supremo Conselho de Justiça Militar, outros tribunais e Juntas de Crédito Público.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/1

**Cota descritiva:**

92 (localização: 6-VII-1-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 44 folhas escritas e 121 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 13:34:18

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20

**Título:**

REGISTO DE AVISOS E ORDENS PARA O INSPECTOR DO ARSENAL DE MARINHA

**Datas de produção:**

1822 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

24 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, Rainha, Senhora Infanta Regente em nome do Rei ou o Duque de Bragança Regente em nome da Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha. Desde dia 21 de novembro de 1822, em que se mandou executar a Carta da Lei de 30 de outubro, sobre a extinção do Conselho do Almirantado e Junta da Fazenda da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

24 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:02.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 13:41:44

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/093

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1822 / 1824

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei ou Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, Carlos Félix Geraldo May. Desde dia 21 de novembro de 1822, em que se mandou executar a Carta da Lei de 30 de outubro, sobre a extinção do Conselho do Almirantado e Junta da Fazenda da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/1

**Cota descritiva:**

93 (localização: 6-VII-1-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 233 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 13:54:42

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/094

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1824 / 1825

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, Carlos Félix Geraldo May.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/1

**Cota descritiva:**

94 (localização: 6-VII-1-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 237 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 13:58:53

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/095

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1825 / 1826

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, Carlos Félix Geraldo May.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/1

**Cota descritiva:**

95 (localização: 6-VII-1-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 236 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 14:03:39

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/096

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1826 / 1827

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei e, a Senhora Infanta Regente em nome do Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, Carlos Félix Geraldo May.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/1

**Cota descritiva:**

96 (localização: 6-VII-1-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 14:10:13

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/097

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1827 / 1828

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei e, a Senhora Infanta Regente em nome do Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, Carlos Félix Geraldo May.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/1

**Cota descritiva:**

97 (localização: 6-VII-1-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 14:13:36

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/098

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1828 / 1829

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, Carlos Félix Geraldo May.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/1

**Cota descritiva:**

98 (localização: 6-VII-1-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 14:17:30

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/099

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1829 / 1830

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, Carlos Félix Geraldo May.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/1

**Cota descritiva:**

99 (localização: 6-VII-1-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 14:21:04

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0100

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1830 / 1831

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, Carlos Félix Geraldo May.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/1

**Cota descritiva:**

100 (localização: 6-VII-1-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 215 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 14:24:08

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0101

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1831 / 1832

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, Carlos Félix Geraldo May.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/1

**Cota descritiva:**

101 (localização: 6-VII-1-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 236 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 14:40:35

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0102

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1832 / 1833

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, António Côrrea Manoel Torres d'Aboim.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/1

**Cota descritiva:**

102 (localização: 6-VII-1-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 280 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 14:53:38

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0103

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1833 / 1834

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei ou, o Duque de Bragança Regente em Nome da Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, João Félix Pereira de Campos.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/1

**Cota descritiva:**

103 (localização: 6-VII-1-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 176 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 15:07:52

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0104

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1834 / 1835

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Duque de Bragança Regente em Nome da Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/1

**Cota descritiva:**

104 (localização: 6-VII-1-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 247 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 15:15:01

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0105

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1835 / 1837

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda a Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector Interino do Arsenal e Intendente de Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/1

**Cota descritiva:**

105 (localização: 6-VII-1-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 231 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 15:21:09

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0106

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1837 / 1841

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda a Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector Interino do Arsenal e Intendente de Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/2

**Cota descritiva:**

106 (localização: 6-VII-1-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 210 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 15:28:51

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0107

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1841 / 1845

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda a Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector Interino do Arsenal e Intendente de Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/2

**Cota descritiva:**

107 (localização: 6-VII-1-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 15:38:43

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0108

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1845 / 1848

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda a Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector Interino do Arsenal e Intendente de Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/2

**Cota descritiva:**

108 (localização: 6-VII-1-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 172 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 16:27:08

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0109

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1848 / 1851

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda a Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/2

**Cota descritiva:**

109 (localização: 6-VII-1-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 179 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 16:33:07

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0110

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1851 / 1853

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda a Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/2

**Cota descritiva:**

110 (localização: 6-VII-1-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 164 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 16:41:11

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0111

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1853 / 1854

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda a Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Conselheiro Inspector Geral e Intendente de Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/2

**Cota descritiva:**

111 (localização: 6-VII-1-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 210 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-14 16:44:31

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0112

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1854 / 1856

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Conselheiro Inspector Geral e Intendente de Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/2

**Cota descritiva:**

112 (localização: 6-VII-1-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 311 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-16 09:31:19

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0113

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1856 / 1857

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Conselheiro Inspector Geral e Intendente de Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/2

**Cota descritiva:**

113 (localização: 6-VII-1-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 170 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-16 09:44:36

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0114

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1857 / 1858

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Conselheiro Inspector Geral e Intendente de Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/2

**Cota descritiva:**

114 (localização: 6-VII-1-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 159 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-16 09:46:17

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0115

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1858 / 1859

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Conselheiro Inspector Geral e Intendente de Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/2

**Cota descritiva:**

115 (localização: 6-VII-1-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 187 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-16 09:54:43

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0116

**Título:**

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

**Datas de produção:**

1859 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Conselheiro Inspector Geral e Intendente de Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/2

**Cota descritiva:**

116 (localização: 6-VII-1-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 186 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-16 09:58:33

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE O MINISTRO DA MARINHA E OUTROS MINISTROS DO ESTADO

**Datas de produção:**

1807 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

35 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/2;6/VII/1/3;6/VII/1/4;6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

117 a 151 (localização: 6-VII-1-2; 6-VII-1-3; 6-VII-1-4; 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

35 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:02.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-16 11:20:59

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0117

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado e Presidente do Real Erário

**Datas de produção:**

1807 / 1821

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções, aquisições, nomeações, presos...) entre o Ministro da Marinha, D. Miguel Pereira Forjaz, para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Conde de Redondo; João António Salter de Mendonça; Marquês de Borba...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/2

**Cota descritiva:**

117 (localização: 6-VII-1-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 467 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-16 11:58:47

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0118

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado e Presidente do Tesouro

**Datas de produção:**

1821 / 1822

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções, aquisições, nomeações, presos...) entre o Ministro da Marinha, Francisco Maximiliano de Souza, Joaquim Jozé Monteiro Torres, Ignacio da Costa Quintella, para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/2

**Cota descritiva:**

118 (localização: 6-VII-1-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 236 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-16 13:25:31

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0119

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado e Conselho de Estado

**Datas de produção:**

1822 / 1823

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, Ignacio da Costa Quintella para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/2

**Cota descritiva:**

119 (localização: 6-VII-1-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 135 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-16 14:00:00

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0120

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado e Conselho de Estado

**Datas de produção:**

1823 / 1824

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, Ignacio da Costa Quintella para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/2

**Cota descritiva:**

120 (localização: 6-VII-1-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 236 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-16 14:18:02

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0121

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado e Conselho de Estado

**Datas de produção:**

1824 / 1825

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/2

**Cota descritiva:**

121 (localização: 6-VII-1-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 236 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-16 14:22:17

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0122

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1825 / 1825

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, Joaquim José Monteiro Torres, para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Ministro da Fazenda; Conde de Porto Santo...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/2

**Cota descritiva:**

122 (localização: 6-VII-1-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 235 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-16 14:33:05

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0123

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1825 / 1826

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, Joaquim José Monteiro Torres e Ignacio da Costa Quintella, para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/2

**Cota descritiva:**

123 (localização: 6-VII-1-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 236 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-16 14:40:36

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0124

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1826 / 1826

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, Ignacio da Costa Quintella, António Manoel de Noronha, para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/3

**Cota descritiva:**

124 (localização: 6-VII-1-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 255 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-16 16:03:30

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0125

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1827 / 1828

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha (António Manoel de Noronha, Visconde de Santarém, Carlos Honório de Gouvêa Durão, Joze Freire d'Andrade, Joze António de Oliveira Leite de Barros) para diversos Ministros, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/3

**Cota descritiva:**

125 (localização: 6-VII-1-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-16 16:08:47

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0126

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1828 / 1829

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha (José António de Oliveira Leite de Barros e Conde de Basto) para diversos Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/4

**Cota descritiva:**

126 (localização: 6-VII-1-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-16 16:17:45

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0127

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1829 / 1830

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, Conde de Basto, para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/4

**Cota descritiva:**

127 (localização: 6-VII-1-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 237 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-16 16:23:19

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0128

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1830 / 1830

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha (Conde de Basto e Duque do Cadaval) para diversos Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/4

**Cota descritiva:**

128 (localização: 6-VII-1-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 237 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-16 16:26:51

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0129

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1830 / 1831

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, Duque do Cadaval e Conde de Basto, para diversos Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/4

**Cota descritiva:**

129 (localização: 6-VII-1-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 237 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-16 16:32:25

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0130

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1831 / 1832

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, Conde de Basto, para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Ministro da Fazenda...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/4

**Cota descritiva:**

130 (localização: 6-VII-1-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 211 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-16 16:44:49

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0131

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1832 / 1834

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Ministro da Fazenda...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/4

**Cota descritiva:**

131 (localização: 6-VII-1-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 199 folhas; papel; manuscrito.  
As primeiras 21 folhas não estão escritas.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-16 16:49:48

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0132

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1834 / 1834

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Ministro da Fazenda...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/4

**Cota descritiva:**

132 (localização: 6-VII-1-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 09:59:05

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0133

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1834 / 1835

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Ministro da Fazenda...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/4

**Cota descritiva:**

133 (localização: 6-VII-1-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 231 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 10:04:44

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0134

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1835 / 1836

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Ministro da Fazenda...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/4

**Cota descritiva:**

134 (localização: 6-VII-1-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 272 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 10:10:26

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0135

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1836 / 1837

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Ministro da Fazenda...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/4

**Cota descritiva:**

135 (localização: 6-VII-1-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 235 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 10:13:22

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0136

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1837 / 1838

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/4

**Cota descritiva:**

136 (localização: 6-VII-1-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 230 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 10:16:42

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0137

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1838 / 1840

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, para outros Ministros do Estado nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/4

**Cota descritiva:**

137 (localização: 6-VII-1-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 300 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 10:21:35

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0138

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1840 / 1842

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/4

**Cota descritiva:**

138 (localização: 6-VII-1-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 284 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 10:25:22

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0139

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1842 / 1844

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/4

**Cota descritiva:**

139 (localização: 6-VII-1-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 284 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 10:28:46

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0140

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1844 / 1845

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/4

**Cota descritiva:**

140 (localização: 6-VII-1-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 189 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 10:58:47

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0141

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1845 / 1846

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/4

**Cota descritiva:**

141 (localização: 6-VII-1-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 190 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 11:08:39

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0142

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1846 / 1847

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/4

**Cota descritiva:**

142 (localização: 6-VII-1-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 187 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 11:16:01

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0143

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1847 / 1849

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

143 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 193 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 11:33:46

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0144

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1849 / 1850

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

144 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 191 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 11:42:39

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0145

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1850 / 1852

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

145 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 195 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 11:45:55

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0146

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1852 / 1853

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

146 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 195 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 11:49:29

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0147

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1853 / 1855

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

147 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 192 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 13:32:26

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0148

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1855 / 1858

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

148 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 241 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 13:34:36

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0149

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1858 / 1859

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

149 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 242 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 13:38:25

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0150

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1860 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

150 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 250 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 13:48:06

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0151

**Título:**

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

**Título paralelo:**

Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1862 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

151 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 13:51:05

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/22

**Título:**

REGISTO DE CIRCULARES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DA MARINHA

**Datas de produção:**

1833 / 1870

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de circulares relacionados com assuntos internos de Marinha (solicitação de envio de relação nominal de todos os empregados sem vencimento; participação de nomeações; envio e pedidos de cópia de Decretos, pedidos de comparência na Majoria para prestar o juramento à Carta Constitucional; participação das exéquias solenes por alma de Sua Majestade a Rainha D. Estephania...) expedidas pelo Ministério da Marinha, para diferentes entidades da Marinha, nomeadamente: Majoria General da Armada; Supremo Conselho de Justiça Militar; Contadoria Geral da Marinha; Inspector do Arsenal; Auditor da Marinha; Inspector da Cordoaria...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

152 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:03.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 14:35:42

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/22/0152

**Título:**

Registo de Circulares Expedidas pelo Ministério da Marinha

**Datas de produção:**

1833 / 1870

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de circulares relacionados com assuntos internos de Marinha (solicitação de envio de relação nominal de todos os empregados sem vencimento; participação de nomeações; envio e pedidos de cópia de Decretos, pedidos de comparência na Majoria para prestar o juramento à Carta Constitucional; participação das exéquias solenes por alma de Sua Majestade a Rainha D. Estephania...) expedidas pelo Ministério da Marinha, para diferentes entidades da Marinha, nomeadamente: Majoria General da Armada; Supremo Conselho de Justiça Militar; Contadoria Geral da Marinha...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

152 (localização: 6- VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 173 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 13:54:54

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/23

**Título:**

REGISTO DE PORTARIAS, AVISOS, ETC, PARA COMISSÕES DEPENDENTES DO MINISTÉRIO DA MARINHA

**Datas de produção:**

1833 / 1871

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

2 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Portarias, Avisos, requerimentos com pedidos de pensão e reforma, etc, para Comissões dependentes da Marinha, nomeadamente: Comissão Encarregada da Distribuição dos Fundos do Cofre de Marinha; Comissão Encarregada da Distribuição dos Tesouros do Cofre de Marinha; Comissão Encarregada da Compra dos Géneros para Fornecimento da Marinha; Comissão Encarregada da Reforma da Academia de Marinha...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

153/154 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

2 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:03.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-17 16:13:44

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/23/0153

**Título:**

Registo de Portarias, Avisos, etc, para Comissões Dependentes do Ministério da Marinha

**Datas de produção:**

1833 / 1842

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Portarias, Avisos, requerimentos com pedidos de pensão e reforma, etc, para Comissões dependentes da Marinha, nomeadamente: Comissão Encarregada da Distribuição dos Fundos do Cofre de Marinha; Comissão Encarregada da Distribuição dos Tesouros do Cofre de Marinha...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

153 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 221 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-18 09:37:33

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/23/0154

**Título:**

Registo de Portarias, Avisos, etc, para Comissões Dependentes do Ministério da Marinha

**Título paralelo:**

Comissões das Dependências deste Ministério

**Datas de produção:**

1842 / 1871

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Portarias, Avisos, etc, para Comissões dependentes da Marinha, nomeadamente: Comissão Encarregada da Reforma da Academia de Marinha; Comissão Especial de Reforma da Inspeção do Arsenal da Marinha...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

154 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 231 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-18 09:54:06

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/24

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA A DIVERSAS PESSOAS E AUTORIDADES RESIDENTES NA CORTE

**Datas de produção:**

1835 / 1839

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo correspondência (pedidos de licença para falar com ministros; concessão de licenças para tratar da saúde; requerimentos; envio de Ordens de Crédito; participações de suspensões; envio de cópias de decretos; informações...) expedida pelo Ministério da Marinha a diversas pessoas residentes na Corte, nomeadamente: Lentes da Academia de Marinha; Procurador Geral da Coroa; Ajudante da Torre de Belém; Presidente da Direcção da Associação Mercantil Lisbonense...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

155 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:04.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-18 10:46:27

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/24/0155

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Diversas Pessoas e Autoridades Residentes na Corte

**Título paralelo:**

Pessoas Residentes na Côte

**Datas de produção:**

1835 / 1839

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo correspondência (pedidos de licença para falar com ministros; concessão de licenças para tratar da saúde; requerimentos; envio de Ordens de Crédito; participações de suspensões; envio de cópias de decretos; informações ...) expedida pelo Ministério da Marinha a diversas pessoas residentes na Corte, nomeadamente: Lentes da Academia de Marinha; Procurador Geral da Coroa; Ajudante da Torre de Belém; Presidente da Direcção da Associação Mercantil Lisbonense; Ministro de Espanha na Corte...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

155 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 239 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-18 14:10:10

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/25

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA A DIVERSAS PESSOAS E AUTORIDADES RESIDENTES FORA DA CORTE

**Datas de produção:**

1833 / 1839

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

2 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar nº 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação nº 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. Nº 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo correspondência (requerimentos com pedidos de pagamentos e outros assuntos; pedido de informações confidenciais sobre o Pinhal de Leira...) expedida pelo Ministério da Marinha a diversas pessoas residentes fora da Corte, nomeadamente: Comandante da Esquadilha do Algarve; Perfeito da Comarca de Leiria; Intendente da Marinha da Cidade do Porto; Governador Militar da Vila da Figueira; Governador Civil do Porto; Cônsul de Portugal em Portsmouth...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

156/157 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

2 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:05.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-18 14:43:56

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/25/0156

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Diversas Pessoas e Autoridades Residentes Fora da Corte

**Título paralelo:**

Cartas do Reino

**Datas de produção:**

1833 / 1838

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo correspondência (requerimentos com pedidos de pagamentos e outros assuntos; pedido de informações confidenciais sobre o Pinhal de Leira...) expedida pelo Ministério da Marinha a diversas pessoas residentes fora da Corte, nomeadamente: Comandante da Esquadriha do Algarve; Perfeito da Comarca de Leiria; Intendente da Marinha da Cidade do Porto...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

156 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 277 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-18 14:37:22

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/25/0157

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Diversas Pessoas e Autoridades Residentes Fora da Corte

**Título paralelo:**

Cartas do Reino

**Datas de produção:**

1838 / 1839

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo correspondência (requerimentos com pedidos de pagamentos e outros assuntos; pedidos de esclarecimentos sobre a passagem de licenças e matrículas pertencentes aos Barcos e Artes de Pescas; envio da relação de navios da Armada...) expedida pelo Ministério da Marinha a diversas pessoas residentes fora da Corte, nomeadamente: Intendente da Marinha da Cidade do Porto; Director da Alfândega de Vila Real de Santo António; Vice-Presidente da Associação da Cidade do Porto...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

157 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 165 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-18 15:21:40

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/26

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA A PESSOAL E AUTORIDADES DELE DEPENDENTES

**Datas de produção:**

1838 / 1842

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

3 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo correspondência (requerimentos de militares com pedidos de passagem para outras companhias; resposta aos requerimentos; pedidos de informações; ordens...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele dependentes, nomeadamente: Comandante do Batalhão Naval; Capitão Interino do Porto de Lisboa; Ajudante Servindo de Inspector da Cordoaria; Comandante da Companhia dos Guarda-marinhas...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

158/159/160 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

3 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:05.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-18 15:52:53

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/26/0158

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Pessoal e Autoridades dele Dependentes

**Título paralelo:**

Autoridades e Pessoas Dependentes deste Ministério

**Datas de produção:**

1838 / 1840

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo correspondência (requerimentos de militares com pedidos de passagem para outras companhias; resposta aos requerimentos; pedidos de informações; ordens ...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele dependentes, nomeadamente: Comandante do Batalhão Naval; Capitão Interino do Porto de Lisboa; Ajudante Servindo de Inspector da Cordoaria; Comandante da Companhia dos Guarda-marinhas...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

158 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 133 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-18 15:55:06

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/26/0159

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Pessoal e Autoridades dele Dependentes

**Título paralelo:**

Autoridades e Pessoas Dependentes deste Ministério

**Datas de produção:**

1840 / 1842

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo correspondência (requerimentos de militares com pedidos de passagem para outras companhias; resposta aos requerimentos; concessão de licenças; pedidos de informações...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele dependentes, nomeadamente: Comandante do Batalhão Naval; Capitão Interino do Porto de Lisboa; Ajudante Servindo de Inspector da Cordoaria; Comandante da Companhia dos Guarda-marinhas...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

159 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 268 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-18 16:31:16

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/26/0160

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Pessoal e Autoridades dele Dependentes

**Título paralelo:**

Autoridades e Pessoas Dependentes deste Ministério desde 9 de Maio de 1842 até 31 de Dezembro do mesmo ano

**Datas de produção:**

1842 / 1842

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo correspondência (requerimentos de militares com pedidos de passagem para outras companhias; resposta aos requerimentos; concessão de licenças; pedidos de informações...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele dependentes, nomeadamente: Comandante do Batalhão Naval; Auditor Geral da Marinha; Presidente do Conselho de Saúde Naval...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/1/5

**Cota descritiva:**

160 (localização: 6-VII-1-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 194 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-21 09:38:05

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/27

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA A PESSOAL E AUTORIDADES DELE NÃO DEPENDENTES

**Datas de produção:**

1840 / 1872

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

6 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo da correspondência, portarias e ofícios (auto de vistoria de navios; relatórios; pedidos de parecer sobre processos em curso; requisição de aparelhos para reparação de navios; pedido de comutação de penas; requisição de Embarcações de Guerra...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele não dependentes, nomeadamente: Director do Observatório Metereológico do Infante D. Luís na Escola Politécnica; Cônsul Geral de Portugal em Londres; Governador Civil do Distrito de Lisboa...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

161 a 166 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

6 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:06.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-21 10:26:15

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/27/0161

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Pessoal e Autoridades dele Não Dependentes

**Título paralelo:**

Autoridades Não Dependentes do Ministério da Marinha

**Datas de produção:**

1840 / 1848

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo correspondência, portarias e ofícios (requerimentos com pedidos de pensões; documentação para ser arquivada; informações; pedido de comutação de penas...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele não dependentes, nomeadamente: Procurador Geral da Fazenda; Conselheiro Guarda-mor da Torre do Tombo; Presidente da Câmara Municipal de Lisboa...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

161 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 283 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-21 09:49:29

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/27/0162

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Pessoal e Autoridades dele Não Dependentes

**Título paralelo:**

Autoridades Não Dependentes deste Ministério

**Datas de produção:**

1848 / 1854

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo correspondência, portarias e ofícios (Ordens de Pagamento; processo feito em Conselho de Guerra; requerimentos de pedidos de reforma; requisição de Embarcação de Guerra...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele não dependentes, nomeadamente: Presidente do Conselho Fiscal de Contas; Conselheiro Procurador Geral da Coroa; Conselheiro Procurador Geral da Fazenda...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

162 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 180 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-21 10:48:58

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/27/0163

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Pessoal e Autoridades dele Não Dependentes

**Título paralelo:**

Autoridades Não Dependentes

**Datas de produção:**

1854 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo correspondência, portarias e ofícios (participação de Ordens; requerimentos...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele não dependentes, nomeadamente: Governador Civil do Distrito de Lisboa; Conselheiro Procurador Geral da Coroa...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

163 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 193 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-21 11:07:46

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/27/0164

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Pessoal e Autoridades dele Não Dependentes

**Título paralelo:**

Autoridades Não Dependentes

**Datas de produção:**

1851 / 1866

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo correspondência, portarias e ofícios (requerimentos pedindo a isenção de recrutamento marítimo e a renúncia ao serviço da Armada; requisição aparelhos para reparação de navios...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele não dependentes, nomeadamente: Governador Civil do Distrito de Lisboa; Governador Civil do Distrito de Faro; Governador Civil do Funchal...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

164 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 193 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-21 11:25:27

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/27/0165

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Pessoal e Autoridades dele Não Dependentes

**Título paralelo:**

Autoridades Não Dependentes

**Datas de produção:**

1866 / 1871

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência, portarias e ofícios (informações e recursos de pedidos de recrutamento; pedidos de esclarecimento sobre o serviço; pedidos de atestados...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele não dependentes, nomeadamente: Governador Civil do Distrito de Aveiro; Governador Civil do Distrito de Lisboa; Governador Civil do Distrito de Faro...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

165 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 194 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-21 11:35:44

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/27/0166

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Pessoal e Autoridades dele Não Dependentes

**Título paralelo:**

Autoridades Não Dependentes

**Datas de produção:**

1871 / 1872

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo da correspondência, portarias e ofícios (auto de vistoria de navios; relatórios; pedidos de parecer sobre processos em curso, relação das guias passadas para pagamento de emolumentos...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele não dependentes, nomeadamente: Director do Observatório Meteorológico do Infante D. Luís na Escola Politécnica; Cônsul Geral de Portugal em Londres; Governador Civil do Distrito de Lisboa; Conselheiro Procurador Geral da Coroa...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

166 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 222 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-21 11:46:07

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/28

**Título:**

REGISTO DE OFÍCIOS DO MINISTÉRIO DA MARINHA PARA O TESOURO PÚBLICO

**Título paralelo:**

TESOURO

**Datas de produção:**

1843 / 1844

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Ofícios (guias de pagamento; envio de cópias de decretos; pedidos de pagamento; conhecimento de contas que foram satisfeitas; participação de contas para ponderação...) do Ministério da Marinha para o Tesouro Público.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

167 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:06.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-21 14:12:10

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/28/0167

**Título:**

Registo de Ofícios do Ministério da Marinha para o Tesouro Público

**Título paralelo:**

Tesouro

**Datas de produção:**

1843 / 1844

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Ofícios (guias de pagamento; envio de cópias de decretos; pedidos de pagamento; conhecimento de contas que foram satisfeitas; participação de contas para ponderação...) do Ministério da Marinha para o Tesouro Público.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

167 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro 82 folhas escritas e 85 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-21 13:50:58

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/29

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA AO COMANDANTE DO BATALHÃO NAVAL

**Datas de produção:**

1843 / 1846

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo da correspondência expedida (pedido de pagamento de dívidas; informações; nomeações; reclamações; substituições de cargos; promoções; escusas ao serviço; abonos de família...) pelo Ministério da Marinha ao Comandante do Batalhão Naval.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

168 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:07.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-21 15:01:00

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/29/0168

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha ao Comandante do Batalhão Naval

**Título paralelo:**

Batalha Naval

**Datas de produção:**

1843 / 1846

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo da correspondência expedida (pedido de pagamento de dívidas; informações; nomeações; reclamações; substituições de cargos; promoções; escusas ao serviço; abonos de família...) pelo Ministério da Marinha ao Comandante do Batalhão Naval.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

168 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 226 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-21 15:24:36

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/30

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA AO INSPECTOR DA CORDOARIA NACIONAL

**Título paralelo:**

CORDOARIA

**Datas de produção:**

1843 / 1859

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (ordens de suspensão de obras; pedidos de informação de contas; admissão de pessoal operário; concessão de licenças; reformas...) pelo Ministério da Marinha ao Inspector da Cordoaria Nacional.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

169 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:07.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-21 15:29:52

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/30/0169

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha ao Inspector da Cordoaria Nacional

**Título paralelo:**

Cordoaria

**Datas de produção:**

1843 / 1859

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (ordens de suspensão de obras; pedidos de informação de contas; admissão de pessoal operário; concessão de licenças; reformas...) pelo Ministério da Marinha ao Inspector da Cordoaria Nacional.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

169 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 101 folhas escritas e 84 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-21 15:37:28

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/31

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA

**Título paralelo:**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

**Datas de produção:**

1843 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

2 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (ordens que determinam a construção de navios; determinações na celebração de contratos; requerimentos; conhecimento de facturas; participação de compras e vendas; pedidos de parecer e respostas...) para o Conselho de Administração da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

170/171 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

2 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:08.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-21 16:10:37

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/31/0170

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha para o Conselho de Administração da Marinha

**Título paralelo:**

Conselho de Administração de Marinha

**Datas de produção:**

1843 / 1850

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (ordens que determinam a construção de navios; requerimentos; conhecimento de facturas; participação de compras e vendas; pedidos de parecer e respostas...) para o Conselho de Administração da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

170 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 222 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-21 16:35:08

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/31/0171

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha para o Conselho de Administração da Marinha

**Título paralelo:**

Conselho de Administração de Marinha

**Datas de produção:**

1858 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (determinações na celebração de contratos; requerimentos; conhecimento de facturas; participação de compras e vendas; pedidos de parecer e respostas...) para o Conselho de Administração da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

171 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 60 folhas escritas e 134 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-21 16:42:23

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/32

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA PARA A ESCOLA DE CONSTRUÇÃO E ARQUITECTURA NAVAL E ESCOLA NAVAL

**Título paralelo:**

ESCOLA NAVAL

**Datas de produção:**

1843 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (pedido de relação dos empregados; cópia de decretos; nomeações; admissão de alunos e aspirantes; promoções; licenças...) pelo Ministério da Marinha para a Escola de Construção e Arquitectura Naval e Escola Naval.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

172 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:09.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-21 17:28:23

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/32/0172

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha para a Escola de Construção e Arquitectura Naval e Escola Naval

**Título paralelo:**

Escola Naval

**Datas de produção:**

1843 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (pedido de relação dos empregados; cópia de decretos; nomeações; admissão de alunos e aspirantes; promoções; licenças...) pelo Ministério da Marinha para a Escola de Construção e Arquitectura Naval e Escola Naval.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

172 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 191 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-21 17:30:49

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/33

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA AO AUDITOR GERAL DA MARINHA

**Título paralelo:**

AUDITOR GERAL DA MARINHA

**Datas de produção:**

1843 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (pedido da relação dos empregados; ordem para activar o andamento dos Processos do Conselho de Guerra; nomeações...) pelo Ministério da Marinha para o Auditor Geral da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

173 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 25 folhas escritas e 138 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:09.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-22 09:31:51

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/33/0173

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha ao Auditor Geral da Marinha

**Título paralelo:**

Auditor Geral da Marinha

**Datas de produção:**

1843 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (pedido da relação dos empregados; ordem para activar o andamento dos Processos do Conselho de Guerra; nomeações...) pelo Ministério da Marinha para o Auditor Geral da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

173 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 25 folhas escritas e 138 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-22 09:51:22

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/34

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA ÀS DIVERSAS INTENDÊNCIAS

**Datas de produção:**

1843 / 1869

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

11 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

174 a 184 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

11 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:10.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-22 09:54:22

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0174

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

**Título paralelo:**

Intendente de Marinha na Cidade do Porto

**Datas de produção:**

1843 / 1860

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

174 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 188 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-22 10:01:26

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0175

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

**Título paralelo:**

Intendências de Marinha

**Datas de produção:**

1860 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

175 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 241 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-22 10:04:13

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0176

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

**Título paralelo:**

Intendências de Marinha

**Datas de produção:**

1861 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

176 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 288 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-22 10:45:42

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0177

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

**Título paralelo:**

Intendências de Marinha

**Datas de produção:**

1861 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

177 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 287 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-22 10:52:04

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0178

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

**Título paralelo:**

Intendências de Marinha

**Datas de produção:**

1862 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

178 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 290 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-22 13:21:55

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0179

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

**Título paralelo:**

Intendências da Marinha

**Datas de produção:**

1863 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/2

**Cota descritiva:**

179 (localização: 6-VII-2-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 289 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-22 13:41:18

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0180

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

**Título paralelo:**

Intendentes de Marinha

**Datas de produção:**

1865 / 1867

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/1

**Cota descritiva:**

180 (localização: 6-VII-2-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 41 folhas escritas e 194 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-22 14:04:57

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0181

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

**Título paralelo:**

Intendências da Marinha

**Datas de produção:**

1865 / 1866

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/2

**Cota descritiva:**

181 (localização: 6-VII-2-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 273 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-22 14:16:53

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0182

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

**Título paralelo:**

Intendências da Marinha

**Datas de produção:**

1866 / 1868

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/2

**Cota descritiva:**

182 (localização: 6-VII-2-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 297 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-22 14:39:47

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0183

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

**Título paralelo:**

Intendências da Marinha

**Datas de produção:**

1868 / 1869

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/2

**Cota descritiva:**

183 (localização: 6-VII-2-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 296 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-22 14:51:45

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0184

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

**Título paralelo:**

Intendências da Marinha

**Datas de produção:**

1869 / 1869

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/VII/2/2

**Cota descritiva:**

184 (localização: 6-VII-2-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 302 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-22 14:59:42

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/35

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA PARA O SUPREMO CONSELHO DE JUSTIÇA MILITAR

**Título paralelo:**

SUPREMO CONSELHO DE JUSTIÇA MILITAR

**Datas de produção:**

1843 / 1872

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (cópias de Decretos; pedidos de parecer sobre requerimentos de militares; propostas de condecorações...) pelo Ministério da Marinha para o Supremo Conselho de Justiça Militar.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/2

**Cota descritiva:**

185 (localização: 6-V-6-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 302 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:10.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-22 16:26:06

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/35/0185

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha para o Supremo Conselho de Justiça Militar

**Título paralelo:**

Supremo Conselho de Justiça Militar

**Datas de produção:**

1843 / 1872

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (cópias de Decretos; pedidos de parecer sobre requerimentos de militares; propostas de condecorações...) pelo Ministério da Marinha para o Supremo Conselho de Justiça Militar.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/2

**Cota descritiva:**

185 (localização: 6-V-6-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 302 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-22 15:08:23

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/36

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA PARA O DIRECTOR DO OBSERVATÓRIO DA MARINHA

**Título paralelo:**

LIVRO DO OBSERVATÓRIO

**Datas de produção:**

1843 / 1872

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (ordem para compra de instrumentos; nomeações; exemplares do regulamento do Observatório da Marinha; regulamento para o serviço do Depósito Náutico...) pelo Ministério da Marinha para o Director do Observatório da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/2

**Cota descritiva:**

186 (localização: 6-V-6-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:11.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-22 16:30:19

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/36/0186

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha para o Director do Observatório da Marinha

**Título paralelo:**

Livro do Observatório

**Datas de produção:**

1843 / 1872

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (ordem para compra de instrumentos; nomeações; exemplares do regulamento do Observatório da Marinha; regulamento para o serviço do Depósito Náutico...) pelo Ministério da Marinha para o Director do Observatório da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/2

**Cota descritiva:**

186 (localização: 6-V-6-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 57 folhas escritas e 124 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-22 16:47:27

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/37

**Título:**

REGISTO DE AVISOS, ORDENS, CIRCULARES, ETC., PARA O DIRECTOR DO HOSPITAL DA MARINHA E PRESIDENTE DO CONSELHO DE SAÚDE NAVAL

**Datas de produção:**

1843 / 1872

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

2 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (promoções; licenças; convites; ordens; movimentos do pessoal; pedidos de informação sobre doentes...) pelo Ministério da Marinha para o Director do Hospital da Marinha e Presidente do Conselho de Saúde Naval.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/2

**Cota descritiva:**

187/188 (localização: 6-V-6-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

2 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:11.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-22 17:16:43

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/37/0187

**Título:**

Registo de Avisos, Ordens, Circulares, etc., para o Director do Hospital da Marinha e Presidente do Conselho de Saúde Naval

**Datas de produção:**

1843 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (promoções; licenças; convites; ordens; movimentos do pessoal; pedidos de informação sobre doentes...) pelo Ministério da Marinha para o Director do Hospital da Marinha e Presidente do Conselho de Saúde Naval.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/2

**Cota descritiva:**

187 (localização: 6-V-6-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 182 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-23 09:31:00

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/37/0188

**Título:**

Registo de Avisos, Ordens, Circulares, etc., para o Director do Hospital da Marinha e Presidente do Conselho de Saúde Naval

**Título paralelo:**

Hospital de Marinha

**Datas de produção:**

1862 / 1872

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (promoções; licenças; convites; ordens; movimentos do pessoal; pedidos de informação sobre doentes...) pelo Ministério da Marinha para o Director do Hospital da Marinha e Presidente do Conselho de Saúde Naval.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/2

**Cota descritiva:**

188 (localização: 6-V-6-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 174 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Criadas associações ao(s) ficheiro(s) (6992), pelo utilizador "m11002495" na data 05/04/2024 15:51:48

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-23 09:56:11

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/38

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA AO CHEFE DO ESTADO MAIOR DA MARINHA

**Datas de produção:**

1859 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

5 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (licenças para aceitar Mercês e usar a respectiva insígnia; ordens para tomar as diligências de preparar a saída de navios; concessão de baixas ao serviço...) pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/2

**Cota descritiva:**

189 a 193 (localização: 6-V-6-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

5 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:12.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-23 09:54:16

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/38/0189

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha

**Título paralelo:**

Chefe de Estado Maior

**Datas de produção:**

1859 / 1860

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (licenças para aceitar Mercês e usar a respectiva insígnia; ordens para tomar as diligências de preparar a saída de navios; concessão de baixas ao serviço...) pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/2

**Cota descritiva:**

189 (localização: 6-V-6-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 194 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-23 10:47:20

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/38/0190

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha

**Título paralelo:**

Chefe de Estado Maior

**Datas de produção:**

1860 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (licenças para aceitar Mercês e usar a respectiva insígnia; ordens para tomar as diligências de preparar a saída de navios; concessão de baixas ao serviço...) pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/2

**Cota descritiva:**

190 (localização: 6-V-6-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 194 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-23 10:59:28

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/38/0191

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha

**Título paralelo:**

Chefe de Estado Maior da Marinha

**Datas de produção:**

1861 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (licenças para aceitar Mercês e usar a respectiva insígnia; ordens para tomar as diligências de preparar a saída de navios; concessão de baixas ao serviço...) pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/2

**Cota descritiva:**

191 (localização: 6-V-6-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 381 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-23 11:05:42

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/38/0192

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha

**Título paralelo:**

Chefe de Estado Maior

**Datas de produção:**

1861 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (licenças para aceitar Mercês e usar a respectiva insígnia; ordens para tomar as diligências de preparar a saída de navios; concessão de baixas ao serviço...) pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/2

**Cota descritiva:**

192 (localização: 6-V-6-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 241 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-23 11:17:20

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/38/0193

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha

**Título paralelo:**

Chefe de Estado Maior

**Datas de produção:**

1862 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (ordens e determinações; lotações de navios; legislação referente ao recrutamento para a Armada; concessão de baixas ao serviço...) pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/2

**Cota descritiva:**

193 (localização: 6-V-6-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 252 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-23 11:38:24

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/39

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA À COMISSÃO CONSULTIVA DA MARINHA

**Datas de produção:**

1859 / 1871

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (pedidos de parecer sobre construção de um farolim; pedidos de parecer sobre Projecto de Ordenanças Gerais para a Armada; pedidos de parecer sobre o Projecto de Regulamento para o Serviço do Corpo de Marinheiros...) pelo Ministério da Marinha à Comissão Consultiva da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/2

**Cota descritiva:**

194 (localização: 6-V-6-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:12.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-23 13:24:24

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/39/0194

**Título:**

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério à Comissão Consultiva da Marinha

**Datas de produção:**

1859 / 1871

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência expedida (pedidos de parecer sobre construção de um farolim; pedidos de parecer sobre Projecto de Ordenanças Gerais para a Armada; pedidos de parecer sobre o Projecto de Regulamento para o Serviço do Corpo de Marinheiros...) pelo Ministério da Marinha à Comissão Consultiva da Marinha.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/2

**Cota descritiva:**

194 (localização: 6-V-6-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 29 folhas escritas e 65 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-23 13:35:25

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/40

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DIVERSA EXPEDIDA PELA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

**Datas de produção:**

1840 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

6 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar nº 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação nº 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. Nº 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência diversa (cópias de decretos pelos quais são feitas as promoções, exonerações e reformas; participação de ordens; respostas a pedidos...) expedida pelo Ministério da Marinha e Ultramar a diversas entidades, nomeadamente: Encarregado de Negócios de França; Capitão do Porto da Vila da Figueira; Secretario da Associação Marítima e Colonial de Lisboa; Inspector Geral das Obras Públicas do Reino; Direcção da Companhia Lusitania...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/2e6/V/6/3

**Cota descritiva:**

195 a 200 (localização: 6-V-6-2 e 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

6 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:13.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-23 14:09:29

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/40/0195

**Título:**

Registo de Correspondência Diversa Expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar

**Datas de produção:**

1840 / 1849

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência diversa (cópias de decretos pelos quais são feitas as promoções, exonerações e reformas; participação de ordens; respostas a pedidos...) expedida pelo Ministério da Marinha e Ultramar a diversas entidades, nomeadamente: Encarregado de Negócios de França; Capitão do Porto da Vila da Figueira; Secretario da Associação Marítima e Colonial de Lisboa; Inspector Geral das Obras Públicas do Reino; Direcção da Companhia Lusitania...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/2

**Cota descritiva:**

195 (localização: 6-V-6-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 291 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-23 14:39:12

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/40/0196

**Título:**

Registo de Correspondência Diversa Expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar

**Título paralelo:**

Avulsos

**Datas de produção:**

1849 / 1853

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência diversa (resposta a requerimentos; relação dos ofícios da Marinha Brasileira; cópia de decretos; ordens para impressão de publicações para a Marinha...) expedida pelo Ministério da Marinha e Ultramar a diversas entidades, nomeadamente: Bispo de Leiria; Contra-mestre do Arsenal da Marinha; Ministro de Sua Majestade na Corte do Rio de Janeiro...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

196 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 148 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-23 15:34:24

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/40/0197

**Título:**

Registo de Correspondência Diversa Expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar

**Título paralelo:**

Avulsos

**Datas de produção:**

1853 / 1857

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência diversa (participação de anuidade à proposta de nomeações; participação de exonerações; envio de mapas de observações meteorológicas feitas a bordo de navios...) expedida pelo Ministério da Marinha e Ultramar a diversas entidades, nomeadamente: Conselheiro Director da Secção Hidrográfica da Marinha; Conselheiro Filipe Folque; Vice-almirante Barão de Lazarim; Guilherme José António Dias Pegado...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

197 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 185 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-23 15:55:34

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/40/0198

**Título:**

Registo de Correspondência Diversa Expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar

**Título paralelo:**

Avulsos

**Datas de produção:**

1857 / 1859

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência diversa (cópias das portarias; conhecimento de indemenizações a prestar; pedido de informações acerca da construção de navio...) expedida pelo Ministério da Marinha e Ultramar a diversas entidades, nomeadamente: Presidente da Secção Administrativa do Conselho de Estado; Comissão Liquidatária da Companhia das Pescarias Lisbonense; Vice-almirante Conde de Penha Firme...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

198 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 178 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-23 16:15:01

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/40/0199

**Título:**

Registo de Correspondência Diversa Expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar

**Título paralelo:**

Avulsos

**Datas de produção:**

1859 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência diversa (cópias das portarias; conhecimento de indemnizações a prestar; pedido de informações acerca da construção de navio...) expedida pelo Ministério da Marinha e Ultramar a diversas entidades, nomeadamente: Presidente da Secção Administrativa do Conselho de Estado; Comissão Liquidatária da Companhia das Pescarias Lisbonense; Vice-almirante Conde de Penha Firme...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

199 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 181 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-23 16:33:17

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/40/0200

**Título:**

Registo de Correspondência Diversa Expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar

**Título paralelo:**

Avulsos

**Datas de produção:**

1861 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência diversa (convite para designar um pessoa para examinar o Projecto de Código Disciplinar e Penal da Marinha; resposta a um pedido de licença para conceder um navio; ordens para impressão de mapas...) expedida pelo Ministério da Marinha e Ultramar a diversas entidades, nomeadamente: Presidente da Associação Comercial; Direcção da Companhia Lusitania; Administrador Geral da Imprensa Nacional; Vice-almirante Conde de Penha Firme...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

200 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 242 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-23 16:36:07

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/41

**Título:**

REGISTO DE EXPEDIENTE ORDINÁRIO DA REPARTIÇÃO DO GABINETE DO MINISTRO DA MARINHA

**Título paralelo:**

REPARTIÇÃO DO GABINETE - REGISTO DO EXPEDIENTE ORDINÁRIO

**Datas de produção:**

1859 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de expediente ordinário (agradecimentos por convites enviados para o teatro D. Maria II; contrato celebrado entre Sua Exª o Ministro e Luiz Burnay para o estabelecimento d'um serviço de reboques no Tejo; contrato celebrado com o conselheiro D. Jozé Maria d'Almeida Araújo Corrêa de Lacerda; decretos...) da Repartição do Gabinete do Ministro da Marinha a diversas entidades, nomeadamente: Governador Civil do Distrito da Guarda; Presidente da Comissão Consultiva da Marinha; Conselheiro Director do Observatório Astronómico...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

201 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:13.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-24 10:01:39

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/41/0201

**Título:**

Registo de Expediente Ordinário da Repartição do Gabinete do Ministro da Marinha

**Título paralelo:**

Repartição do Gabinete - Registo do Expediente Ordinário

**Datas de produção:**

1859 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de expediente ordinário (agradecimentos por convites enviados para o teatro D. Maria II; contrato celebrado entre Sua Exª o Ministro e Luiz Burnay para o estabelecimento d'um serviço de reboques no Tejo; contrato celebrado com o conselheiro D. Jozé Maria d'Almeida Araújo Corrêa de Lacerda; decretos...) da Repartição do Gabinete do Ministro da Marinha a diversas entidades, nomeadamente: Governador Civil do Distrito da Guarda; Presidente da Comissão Consultiva da Marinha; Conselheiro Director do Observatório Astronómico...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

201 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 270 páginas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-23 16:51:07

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/42

**Título:**

REGISTO DE ASSUNTOS REMETIDOS À COMISSÃO CONSULTIVA E AO AUDITOR DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

**Datas de produção:**

1860 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de diversos assuntos (requerimentos para preencher vagas no quadro dos oficiais e isenção do recrutamento marítimo...) remetidos à Comissão Consultiva e ao Auditor da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

202 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:14.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-24 10:06:33

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/42/0202

**Título:**

Registo de Assuntos Remetidos à Comissão Consultiva e ao Auditor da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar

**Datas de produção:**

1860 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de assuntos (requerimentos para preencher vagas no quadro dos oficiais e isenção do recrutamento marítimo...) remetidos à Comissão Consultiva e ao Auditor da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

202 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 68 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-24 10:41:48

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/43

**Título:**

REGISTO DE COMUNICAÇÕES À 2ª DIRECÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

**Datas de produção:**

1860 / 1868

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Comunicações (comunicação da resposta aos requerimentos com pedidos de promoção; relação dos objectos remetidos de Goa para o Arsenal da Marinha; confirmação de nomeações...) à 2ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

203 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:14.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-24 10:52:12

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/43/0203

**Título:**

Registo de Comunicações à 2ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar

**Datas de produção:**

1860 / 1868

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Comunicações (comunicação da resposta aos requerimentos com pedidos de promoção; relação dos objectos remetidos de Goa para o Arsenal da Marinha; confirmação de nomeações...) à 2ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

203 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 5 folhas escritas e 52 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-24 11:08:20

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/44

**Título:**

REGISTO DE PARTICIPAÇÕES DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO ÀS 2ª E 3ª DIRECÇÕES DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE MARINHA E ULTRAMAR

**Datas de produção:**

1860 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

3 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Participações (nomeações; admissões; demissões; licenças; compra e quantias dispendidas em instrumentos para navios; dividas para liquidar...) às 2ª e 3ª Direcções da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

204/205/206 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

3 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:15.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-24 11:24:12

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/44/0204

**Título:**

Registo de Participações da 1ª Direcção - 1ª Repartição às 2ª e 3ª Direcções da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar

**Datas de produção:**

1860 / 1860

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Participações (nomeações; admissões; demissões; quantias dispendidas em instrumentos para navios...) às 2ª e 3ª Direcções da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

204 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 57 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-24 13:25:17

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/44/0205

**Título:**

Registo de Participações da 1ª Direcção - 1ª Repartição às 2ª e 3ª Direcções da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar

**Datas de produção:**

1860 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Participações (compra de instrumentos para servir a bordo dos navios; dividas para liquidar; licenças...) às 2ª e 3ª Direcções da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

205 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 70 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-24 13:31:54

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/44/0206

**Título:**

Registo de Participações da 1ª Direcção - 1ª Repartição às 2ª e 3ª Direcções da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar

**Datas de produção:**

1861 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Participações (nomeações; pagamento de dívidas e abonos...) às 2ª e 3ª Direcções da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

206 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 58 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-24 13:45:25

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/45

**Título:**

REGISTO DE COMUNICAÇÕES ÀS 2ª E 3ª DIRECÇÕES DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE MARINHA E ULTRAMAR

**Datas de produção:**

1864 / 1867

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Comunicações (contratos feitos para fornecimento de azeite; despesas feitas com a condução do azeite...) às 2ª e 3ª Direcções da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

207 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:16.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-24 14:31:40

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/45/0207

**Título:**

Registo de Comunicações às 2ª e 3ª Direcções da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar

**Datas de produção:**

1864 / 1867

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Comunicações (contratos feitos para fornecimento de azeite; despesas feitas com a condução do azeite...) às 2ª e 3ª Direcções da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

207 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 15 folhas escritas e 86 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-24 14:47:08

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/46

**Título:**

REGISTO DE COMUNICAÇÕES DA 1ª DIRECÇÃO - 2ª REPARTIÇÃO À 3ª DIRECÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE MARINHA E ULTRAMAR

**Datas de produção:**

1860 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

5 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Comunicações (promoções; admissão de pessoal; exonerações; liquidação de pagamentos...) da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

208 a 212 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

5 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:16.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-24 14:56:35

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/46/0208

**Título:**

Registo de Comunicações da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar

**Datas de produção:**

1860 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Comunicações (promoções; admissão de pessoal...) da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

208 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 82 folhas; papel; manuscrito.  
Inclui 1 folha solta.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-24 15:15:24

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/46/0209

**Título:**

Registo de Comunicações da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar

**Datas de produção:**

1862 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Comunicações (promoções; admissão de pessoal; exonerações...) da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

209 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 54 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-24 15:22:52

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/46/0210

**Título:**

Registo de Comunicações da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar

**Datas de produção:**

1863 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Comunicações (promoções; admissão de pessoal; exonerações; liquidação de pagamentos...) da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

210 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 60 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-24 15:58:28

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/46/0211

**Título:**

Registo de Comunicações da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar

**Datas de produção:**

1863 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Comunicações (promoções; admissão de pessoal; exonerações; liquidação de pagamentos...) da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

211 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 103 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-24 16:10:37

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/46/0212

**Título:**

Registo de Comunicações da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar

**Datas de produção:**

1864 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de Comunicações (promoções; admissão de pessoal; exonerações; liquidação de pagamentos...) da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

212 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 101 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-24 16:15:42

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47

**Título:**

REGISTO GERAL DE ENTRADA DE REQUERIMENTOS - ÍNDICE ALFABÉTICO

**Datas de produção:**

1833 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

44 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a respectiva decisão. Também inclui o índice alfabético de entrada de requerimentos.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3;6/V/6/4;6/V/5;6/V/7/1

**Cota descritiva:**

213 a 256 (localização: 6-V-6-3;6-V-6-4;6-V-5;6-V-7-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

44 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:17.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-24 15:22:17

**Nível de descrição:**

SSR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1

**Título:**

REGISTO GERAL DE ENTRADA DE REQUERIMENTOS

**Datas de produção:**

1833 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

38 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3;6/V/6/4;6/V/5

**Cota descritiva:**

213 a 250 (localização: 6-V-6-3;6-V-6-4;6-V-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

38 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-11 10:28:17

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0213

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1833 / 1833

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

213 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 187 folhas; papel; manuscrito.  
Inclui 1 caderno com 8 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-29 15:37:53

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0214

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1834 / 1834

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

214 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 184 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-29 15:51:56

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0215

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1835 / 1835

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

215 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 187 folhas; papel; manuscrito.  
Inclui 3 cadernos com 8+10+30 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-29 16:07:04

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0216

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1837 / 1837

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

217 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 194 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-29 16:26:00

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0217

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1836 / 1836

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

216 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 184 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-29 16:53:23

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0218

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1838 / 1838

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

218 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 183 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-29 17:00:22

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0219

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1839 / 1839

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

219 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 137 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-29 17:05:53

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0220

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1840 / 1840

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

220 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 140 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-29 17:11:16

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0221

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1841 / 1841

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/3

**Cota descritiva:**

221 (localização: 6-V-6-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 142 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-10-29 17:15:16

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0222

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1842 / 1842

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/4

**Cota descritiva:**

222 (localização: 6-V-6-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 154 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-11 17:12:41

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0223

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Título paralelo:**

Caderno Suplementar do Livro de Entrada de Requerimentos em 1842

**Datas de produção:**

1842 / 1842

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/4

**Cota descritiva:**

223 (localização: 6-V-6-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 94 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-11 17:21:53

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0224

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1843 / 1843

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/5

**Cota descritiva:**

224 (localização: 6-V-6-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 213 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-11 17:31:35

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0225

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1844 / 1844

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/5

**Cota descritiva:**

225 (localização: 6-V-6-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 211 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 09:36:29

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0226

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1845 / 1845

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/5

**Cota descritiva:**

226 (localização: 6-V-6-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 214 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 09:42:54

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0227

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1846 / 1846

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/5

**Cota descritiva:**

227 (localização: 6-V-6-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 209 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 09:53:18

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0228

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1847 / 1847

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/5

**Cota descritiva:**

228 (localização: 6-V-6-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 195 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 10:10:23

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0229

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1848 / 1848

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/5

**Cota descritiva:**

229 (localização: 6-V-6-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 189 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 10:17:56

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0230

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1849 / 1849

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/5

**Cota descritiva:**

230 (localização: 6-V-6-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 200 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 10:23:46

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0231

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1850 / 1850

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/5

**Cota descritiva:**

231 (localização: 6-V-6-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 192 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 10:42:04

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0232

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1851 / 1851

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/5

**Cota descritiva:**

232 (localização: 6-V-6-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 97 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 11:01:06

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0233

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1851 / 1851

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/5

**Cota descritiva:**

233 (localização: 6-V-6-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 192 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 11:29:02

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0234

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1852 / 1852

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/5

**Cota descritiva:**

234 (localização: 6-V-6-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 239 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 11:37:28

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0235

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1853 / 1853

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/5

**Cota descritiva:**

235 (localização: 6-V-6-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 216 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 11:53:50

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0236

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1854 / 1854

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/5

**Cota descritiva:**

236 (localização: 6-V-6-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 218 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 14:01:20

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0237

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1855 / 1855

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/5

**Cota descritiva:**

237 (localização: 6-V-6-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 220 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 14:09:07

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0238

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1856 / 1856

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/5

**Cota descritiva:**

238 (localização: 6-V-6-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 196 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 14:24:15

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0239

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1857 / 1857

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/6/5

**Cota descritiva:**

239 (localização: 6-V-6-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 183 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 14:33:17

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0240

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1858 / 1858

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/1

**Cota descritiva:**

240 (localização: 6-V-7-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 156 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 14:50:04

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0241

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1859 / 1859

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/1

**Cota descritiva:**

241 (localização: 6-V-7-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 171 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 14:57:20

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0242

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1860 / 1860

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/1

**Cota descritiva:**

242 (localização: 6-V-7-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 172 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 15:46:44

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0243

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1860 / 1860

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem alfabética e cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/1

**Cota descritiva:**

243 (localização: 6-V-7-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 99 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 15:56:40

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0244

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1861 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem alfabética e cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/1

**Cota descritiva:**

244 (localização: 6-V-7-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 53 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 16:02:16

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0245

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1861 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/1

**Cota descritiva:**

245 (localização: 6-V-7-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 196 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 16:10:52

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0246

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1862 / 1862

**Produtor(es):**

Direção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/1

**Cota descritiva:**

246 (localização: 6-V-7-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 219 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 16:23:39

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0247

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1862 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/1

**Cota descritiva:**

247 (localização: 6-V-7-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 51 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 16:28:49

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0248

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1863 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/1

**Cota descritiva:**

248 (localização: 6-V-7-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 290 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 16:32:15

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0249

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/1

**Cota descritiva:**

249 (localização: 6-V-7-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 292 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 16:37:30

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0250

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

**Datas de produção:**

1865 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/1

**Cota descritiva:**

250 (localização: 6-V-7-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 269 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 16:41:32

**Nível de descrição:**

SSR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-2

**Título:**

REGISTO GERAL DE ENTRADA DE REQUERIMENTOS - ÍNDICE ALFABÉTICO

**Datas de produção:**

1836 / 1841

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

6 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

<b>Fonte imediata de aquisição ou transferência:</b>	Transferência.
<b>Âmbito e conteúdo:</b>	Inclui o índice alfabético de entrada de requerimentos.
<b>Ingressos adicionais:</b>	Fundo fechado.
<b>Sistema de organização:</b>	Ordem cronológica.
<b>Condições de acesso:</b>	Acessível.
<b>Condições de reprodução:</b>	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
<b>Cota atual:</b>	6/V/7/1
<b>Cota descritiva:</b>	251 a 256 (localização: 6-V-7-1).
<b>Idioma e escrita:</b>	Português.
<b>Características físicas e requisitos técnicos:</b>	6 livros; papel; manuscrito.
<b>Instrumentos de descrição:</b>	Índices.
<b>Regras ou convenções:</b>	ISAD(G), ODA.
<b>Data da descrição:</b>	2013-12-11 10:32:09

---

<b>Nível de descrição:</b>	UI
<b>Código de referência:</b>	PT/BCM-AH/DGM/01/47-2/0251
<b>Título:</b>	Registo Geral de Entrada de Requerimentos - Índice Alfabético
<b>Datas de produção:</b>	1836 / 1836
<b>Produtor(es):</b>	Direcção Geral da Marinha.
<b>Dimensão e suporte:</b>	1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o índice alfabético de entrada de requerimentos.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/1

**Cota descritiva:**

251 (localização: 6-V-7-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 102 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-12 16:57:43

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/47-2/0252

**Título:**

Registo Geral de Entrada de Requerimentos - Índice Alfabético

**Datas de produção:**

1837 / 1837

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

<b>Fonte imediata de aquisição ou transferência:</b>	Transferência.
<b>Âmbito e conteúdo:</b>	Inclui o índice alfabético de entrada de requerimentos.
<b>Ingressos adicionais:</b>	Fundo fechado.
<b>Sistema de organização:</b>	Ordem cronológica.
<b>Condições de acesso:</b>	Acessível.
<b>Condições de reprodução:</b>	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
<b>Cota atual:</b>	6/V/7/1
<b>Cota descritiva:</b>	252 (localização: 6-V-7-1).
<b>Idioma e escrita:</b>	Português.
<b>Características físicas e requisitos técnicos:</b>	1 livro com 90 folhas; papel; manuscrito.
<b>Instrumentos de descrição:</b>	Índices.
<b>Regras ou convenções:</b>	ISAD(G), ODA.
<b>Data da descrição:</b>	2013-11-12 17:03:40

---

<b>Nível de descrição:</b>	UI
<b>Código de referência:</b>	PT/BCM-AH/DGM/01/47-2/0253
<b>Título:</b>	Registo Geral de Entrada de Requerimentos - Índice Alfabético
<b>Datas de produção:</b>	1838 / 1838
<b>Produtor(es):</b>	Direcção Geral da Marinha.
<b>Dimensão e suporte:</b>	1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

<b>Fonte imediata de aquisição ou transferência:</b>	Transferência.
<b>Âmbito e conteúdo:</b>	Inclui o índice alfabético de entrada de requerimentos.
<b>Ingressos adicionais:</b>	Fundo fechado.
<b>Sistema de organização:</b>	Ordem cronológica.
<b>Condições de acesso:</b>	Acessível.
<b>Condições de reprodução:</b>	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
<b>Cota atual:</b>	6/V/7/1
<b>Cota descritiva:</b>	253 (localização: 6-V-7-1).
<b>Idioma e escrita:</b>	Português.
<b>Características físicas e requisitos técnicos:</b>	1 livro com 96 folhas; papel; manuscrito.
<b>Instrumentos de descrição:</b>	Índices.
<b>Regras ou convenções:</b>	ISAD(G), ODA.
<b>Data da descrição:</b>	2013-11-12 17:07:13

---

<b>Nível de descrição:</b>	UI
<b>Código de referência:</b>	PT/BCM-AH/DGM/01/47-2/0254
<b>Título:</b>	Registo Geral de Entrada de Requerimentos - Índice Alfabético
<b>Datas de produção:</b>	1839 / 1839
<b>Produtor(es):</b>	Direcção Geral da Marinha.
<b>Dimensão e suporte:</b>	1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

<b>Fonte imediata de aquisição ou transferência:</b>	Transferência.
<b>Âmbito e conteúdo:</b>	Inclui o índice alfabético de entrada de requerimentos.
<b>Ingressos adicionais:</b>	Fundo fechado.
<b>Sistema de organização:</b>	Ordem cronológica.
<b>Condições de acesso:</b>	Acessível.
<b>Condições de reprodução:</b>	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
<b>Cota atual:</b>	6/V/7/1
<b>Cota descritiva:</b>	254 (localização: 6-V-7-1).
<b>Idioma e escrita:</b>	Português.
<b>Características físicas e requisitos técnicos:</b>	1 livro com 96 folhas; papel; manuscrito.
<b>Instrumentos de descrição:</b>	Índices.
<b>Regras ou convenções:</b>	ISAD(G), ODA.
<b>Data da descrição:</b>	2013-11-12 17:12:30

---

<b>Nível de descrição:</b>	UI
<b>Código de referência:</b>	PT/BCM-AH/DGM/01/47-2/0255
<b>Título:</b>	Registo Geral de Entrada de Requerimentos - Índice Alfabético
<b>Datas de produção:</b>	1840 / 1840
<b>Produtor(es):</b>	Direcção Geral da Marinha.
<b>Dimensão e suporte:</b>	1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

<b>Fonte imediata de aquisição ou transferência:</b>	Transferência.
<b>Âmbito e conteúdo:</b>	Inclui o índice alfabético de entrada de requerimentos.
<b>Ingressos adicionais:</b>	Fundo fechado.
<b>Sistema de organização:</b>	Ordem cronológica.
<b>Condições de acesso:</b>	Acessível.
<b>Condições de reprodução:</b>	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
<b>Cota atual:</b>	6/V/7/1
<b>Cota descritiva:</b>	255 (localização: 6-V-7-1).
<b>Idioma e escrita:</b>	Português.
<b>Características físicas e requisitos técnicos:</b>	1 livro com 128 folhas; papel; manuscrito.
<b>Instrumentos de descrição:</b>	Índices.
<b>Regras ou convenções:</b>	ISAD(G), ODA.
<b>Data da descrição:</b>	2013-11-12 17:16:47

---

<b>Nível de descrição:</b>	UI
<b>Código de referência:</b>	PT/BCM-AH/DGM/01/47-2/0256
<b>Título:</b>	Registo Geral de Entrada de Requerimentos - Índice Alfabético
<b>Datas de produção:</b>	1841 / 1841
<b>Produtor(es):</b>	Direcção Geral da Marinha.
<b>Dimensão e suporte:</b>	1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

<b>Fonte imediata de aquisição ou transferência:</b>	Transferência.
<b>Âmbito e conteúdo:</b>	Inclui o índice alfabético de entrada de requerimentos.
<b>Ingressos adicionais:</b>	Fundo fechado.
<b>Sistema de organização:</b>	Ordem cronológica.
<b>Condições de acesso:</b>	Acessível.
<b>Condições de reprodução:</b>	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
<b>Cota atual:</b>	6/V/7/1
<b>Cota descritiva:</b>	256 (localização: 6-V-7-1).
<b>Idioma e escrita:</b>	Português.
<b>Características físicas e requisitos técnicos:</b>	1 livro com 56 folhas; papel; manuscrito.
<b>Instrumentos de descrição:</b>	Índices.
<b>Regras ou convenções:</b>	ISAD(G), ODA.
<b>Data da descrição:</b>	2013-11-12 17:16:53

---

<b>Nível de descrição:</b>	SR
<b>Código de referência:</b>	PT/BCM-AH/DGM/01/48
<b>Título:</b>	REGISTO GERAL DE ENTRADA DE OFÍCIOS E CONSULTAS
<b>Datas de produção:</b>	1837 / 1865
<b>Produtor(es):</b>	Direcção Geral da Marinha.
<b>Dimensão e suporte:</b>	29 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/2;6/V/7/4;6/V/7/5;6/V/8/1

**Cota descritiva:**

257 a 285 (localização: 6-V-7-2;6-V-7-4;6-V-7-5;6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

29 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:17.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-13 10:11:52

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0257

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1837 / 1837

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/2

**Cota descritiva:**

257 (localização: 6-V-7-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 291 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-13 10:15:53

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0258

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1838 / 1838

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/2

**Cota descritiva:**

258 (localização: 6-V-7-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 289 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-13 11:19:39

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0259

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1839 / 1839

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/2

**Cota descritiva:**

259 (localização: 6-V-7-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 281 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-13 11:41:41

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0260

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1840 / 1840

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/2

**Cota descritiva:**

260 (localização: 6-V-7-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 290 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-13 11:51:22

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0261

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1841 / 1841

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/2

**Cota descritiva:**

261 (localização: 6-V-7-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 287 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-18 11:18:29

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0262

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1842 / 1842

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/2

**Cota descritiva:**

262 (localização: 6-V-7-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 258 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-18 11:31:54

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0263

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1843 / 1843

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/2

**Cota descritiva:**

263 (localização: 6-V-7-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 303 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-18 17:07:06

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0264

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1844 / 1844

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/2

**Cota descritiva:**

264 (localização: 6-V-7-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 292 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 10:21:54

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0265

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1845 / 1845

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/3

**Cota descritiva:**

265 (localização: 6-V-7-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 291 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 10:33:36

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0266

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1846 / 1846

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/3

**Cota descritiva:**

266 (localização: 6-V-7-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 290 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 10:52:28

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0267

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1847 / 1847

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/3

**Cota descritiva:**

267 (localização: 6-V-7-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 300 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 11:09:47

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0268

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1848 / 1848

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. Nº 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/3

**Cota descritiva:**

268 (localização: 6-V-7-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 264 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 11:18:46

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0269

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1849 / 1849

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/3

**Cota descritiva:**

269 (localização: 6-V-7-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 11:27:54

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0270

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1850 / 1850

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/3

**Cota descritiva:**

270 (localização: 6-V-7-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 193 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 11:37:11

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0271

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1851 / 1851

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/3

**Cota descritiva:**

271 (localização: 6-V-7-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 192 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 11:53:26

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0272

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1852 / 1852

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/3

**Cota descritiva:**

272 (localização: 6-V-7-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 196 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 12:01:47

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0273

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1853 / 1853

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/3

**Cota descritiva:**

273 (localização: 6-V-7-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 195 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 13:47:20

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0274

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1854 / 1854

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/4

**Cota descritiva:**

274 (localização: 6-V-7-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 196 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 14:37:57

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0275

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1855 / 1855

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/4

**Cota descritiva:**

275 (localização: 6-V-7-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 196 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 14:45:57

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0276

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1856 / 1856

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/4

**Cota descritiva:**

276 (localização: 6-V-7-4).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 193 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 14:53:23

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0277

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1857 / 1857

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/5

**Cota descritiva:**

277 (localização: 6-V-7-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 192 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 15:14:01

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0278

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1858 / 1858

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/5

**Cota descritiva:**

278 (localização: 6-V-7-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 147 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 15:18:52

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0279

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1859 / 1859

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/7/5

**Cota descritiva:**

279 (localização: 6-V-7-5).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 167 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 15:26:47

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0280

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1860 / 1860

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

280 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 170 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 16:52:22

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0281

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1861 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

281 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 242 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 16:59:29

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0282

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1862 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

282 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 166 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 17:06:00

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0283

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

284 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 177 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 17:07:40

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0284

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

284 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 177 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 17:12:47

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0285

**Título:**

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

**Datas de produção:**

1865 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

285 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 180 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 17:13:00

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/49

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO COM DIVERSAS AUTORIDADES - RECRUTAMENTO MARÍTIMO

**Datas de produção:**

1860 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

7 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de Correspondência relacionada com o recrutamento marítimo (portarias; pedidos de dinheiros; relação de mancebos considerados aptos e não aptos para o serviço da Armada...) da 1ª Direcção - 1ª Repartição com diversas autoridades, nomeadamente: Ministros; Governadores Civis; Majoria General; Departamento Marítimo do Norte; Departamento Marítimo do Centro; Departamento Marítimo do Sul e Departamento Marítimo dos Açores.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

7 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:18.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 17:23:10

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/49/0286

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo - Departamentos Marítimos do Centro, Norte, Sul e Açores

**Datas de produção:**

1860 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de Correspondência relacionada com o recrutamento marítimo (portarias; pedidos de dinheiros; relação de mancebos considerados aptos e não aptos para o serviço da Armada...) da 1ª Direcção - 1ª Repartição com os Departamentos Marítimos do Centro, Norte, Sul e Açores.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

286 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 80 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-19 17:22:29

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/49/0287

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo - Departamento Marítimo do Norte

**Datas de produção:**

1861 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de Correspondência relacionada com o recrutamento marítimo (portarias; pedidos de dinheiros; relação de mancebos considerados aptos e não aptos para o serviço da Armada...) da 1ª Direcção - 1ª Repartição com o Departamento Marítimo do Norte.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

287 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 19 folhas escritas e 41 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-20 09:48:53

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/49/0288

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo - Departamento Marítimo do Centro

**Datas de produção:**

1861 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de Correspondência relacionada com o recrutamento marítimo (portarias; pedidos de dinheiros; relação de mancebos considerados aptos e não aptos para o serviço da Armada...) da 1ª Direcção - 1ª Repartição com o Departamento Marítimo do Centro.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

288 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 20 folhas escritas e 41 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-20 10:01:09

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/49/0289

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo - Departamento Marítimo do Sul

**Datas de produção:**

1861 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de Correspondência relacionada com o recrutamento marítimo (portarias; pedidos de dinheiros; relação de mancebos considerados aptos e não aptos para o serviço da Armada...) da 1ª Direcção - 1ª Repartição com o Departamento Marítimo do Sul.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

289 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 18 folhas escritas e 44 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-20 10:25:58

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/49/0290

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo - Departamento Marítimo dos Açores

**Datas de produção:**

1861 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de Correspondência relacionada com o recrutamento marítimo (portarias; pedidos de dinheiros; relação de mancebos considerados aptos e não aptos para o serviço da Armada...) da 1ª Direcção - 1ª Repartição com o Departamento Marítimo dos Açores.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

290 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 14 folhas escritas e 46 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-20 10:36:32

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/49/0291

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição com Diversas Autoridades - Recrutamento Marítimo

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de Correspondência relacionada com o recrutamento marítimo (portarias; pedidos de dinheiros; relação de mancebos considerados aptos e não aptos para o serviço da Armada...) da 1ª Direcção - 1ª Repartição com diversas autoridades, nomeadamente: Majoria General da Armada; Departamento Marítimo do Norte; Departamento Marítimo do Centro; Departamento Marítimo do Sul; Departamento Marítimo dos Açores e Governadores Civis.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

291 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 34 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-20 11:11:29

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/49/0292

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição com Diversas Autoridades - Recrutamento Marítimo

**Datas de produção:**

1865 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de Correspondência relacionada com o recrutamento marítimo (portarias; pedidos de dinheiros; relação de mancebos considerados aptos e não aptos para o serviço da Armada...) da 1ª Direcção - 1ª Repartição com diversas autoridades, nomeadamente: Ministros; Governadores Civis; Majoria General da Armada; Departamento Marítimo do Norte; Departamento Marítimo do Centro; Departamento Marítimo do Sul e Departamento Marítimo dos Açores.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

292 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 33 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-20 11:37:57

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50

**Título:**

RECRUTAMENTO MARÍTIMO - 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - REQUERIMENTOS E ÍNDICE ALFABÉTICO

**Datas de produção:**

1860 / 1866

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

19 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão. Inclui, ainda, o Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição do livro de reclamações contra o recrutamento onde consta o nome dos requerentes, o local de residência e o número dos requerimentos.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

293 a 311 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

19 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:19.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-21 10:09:07

**Nível de descrição:**

SSR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50-1

**Título:**

ÍNDICE ALFABÉTICO DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - RECRUTAMENTO MARÍTIMO - REQUERIMENTOS

**Datas de produção:**

1860 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

5 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição dos livros de reclamações contra o recrutamento onde consta o nome dos requerentes, o local de residência e o número dos requerimentos.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

307 a 311 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

5 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-21 16:50:44

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50-1/0307

**Título:**

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo - Requerimentos

**Título paralelo:**

1º Direcção - 1ª Repartição - 1860 - Requerimentos contra o Recrutamento Marítimo

**Datas de produção:**

1860 / 1860

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição do livro de reclamações contra o recrutamento onde consta o nome dos requerentes, o local de residência e o número dos requerimentos.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem alfabética.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

307 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 104 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-21 17:09:49

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50-1/0308

**Título:**

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo - Requerimentos

**Título paralelo:**

1ª Direcção - 1ª Repartição - Índice do Livro 7º do Recrutamento Marítimo - Requerimentos - Livro 8 e 9

**Datas de produção:**

1862 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição do livro de reclamações contra o recrutamento onde consta o nome dos requerentes, o local de residência e o número dos requerimentos.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

308 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 151 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-21 17:21:28

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50-1/0309

**Título:**

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo - Requerimentos

**Datas de produção:**

1863 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar nº 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação nº 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. Nº 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição do livro de reclamações contra o recrutamento onde consta o nome dos requerentes, o local de residência e o número dos requerimentos.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

309 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 103 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-21 17:26:02

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50-1/0310

**Título:**

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo - Requerimentos

**Título paralelo:**

1ª Direcção - 1ª Repartição - Índice - Livro 11 de Reclamações contra o Recrutamento - 1864

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição do livro de reclamações contra o recrutamento onde consta o nome dos requerentes, o local de residência e o número dos requerimentos.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem alfabética.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

310 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 216 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-21 17:33:51

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50-1/0311

**Título:**

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo - Requerimentos

**Título paralelo:**

1ª Direcção - 1ª Repartição - Índice do Livro de Reclamações contra o Recrutamento - 1865

**Datas de produção:**

1865 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição do livro de reclamações contra o recrutamento onde consta o nome dos requerentes, o local de residência e o número dos requerimentos.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem alfabética.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

311 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 201 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-22 09:57:28

**Nível de descrição:**

SSR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2

**Título:**

REGISTO DE REQUERIMENTOS DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - RECRUTAMENTO MARÍTIMO

**Datas de produção:**

1860 / 1866

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

14 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

293 a 306 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

14 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-10 10:42:32

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0293

**Título:**

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

**Datas de produção:**

1860 / 1860

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

293 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 72 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-20 11:49:18

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0294

**Título:**

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

**Datas de produção:**

1860 / 1860

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

294 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 71 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-21 10:46:55

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0295

**Título:**

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

**Datas de produção:**

1860 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

295 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 61 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-21 15:48:44

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0296

**Título:**

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

**Datas de produção:**

1861 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

296 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 58 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-21 15:52:26

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0297

**Título:**

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

**Datas de produção:**

1861 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

297 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 60 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-21 15:54:05

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0298

**Título:**

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

**Datas de produção:**

1861 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

298 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 62 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-21 15:56:18

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0299

**Título:**

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

**Datas de produção:**

1861 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

299 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 62 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-21 16:18:09

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0300

**Título:**

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

**Datas de produção:**

1862 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

300 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 104 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-21 16:20:47

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0301

**Título:**

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

**Datas de produção:**

1862 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

301 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 104 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-21 16:24:19

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0302

**Título:**

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

**Datas de produção:**

1863 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

302 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 103 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-21 16:27:59

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0303

**Título:**

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

303 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 102 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-21 16:31:40

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0304

**Título:**

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

304 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 61 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-21 16:31:45

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0305

**Título:**

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

305 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 104 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-21 16:40:06

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0306

**Título:**

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

**Datas de produção:**

1865 / 1866

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

306 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 236 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-21 16:44:19

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/51

**Título:**

ÍNDICE ALFABÉTICO GERAL DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO

**Datas de produção:**

1860 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

6 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui os índices alfabéticos gerais da 1ª Direcção - 1º Repartição, onde constam os nomes pessoais ou de diversas entidades e a localização do respectivos registos.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

312 a 317 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

6 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:19.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-25 14:44:29

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/51/0312

**Título:**

Índice Alfabético Geral da 1ª Direcção - 1ª Repartição

**Datas de produção:**

1860 / 1860

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Índice alfabético geral da 1ª Direcção - 1ª Repartição, onde constam os nomes pessoais ou de diversas entidades e a localização do respectivos registos.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem alfabética.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

312 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 106 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-22 10:48:29

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/51/0313

**Título:**

Índice Alfabético Geral da 1ª Direcção - 1ª Repartição

**Datas de produção:**

1861 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Índice alfabético geral da 1ª Direcção - 1º Repartição, onde constam os nomes pessoais ou de diversas entidades e a localização do respectivos registos.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem alfabética.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

313 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 106 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-25 15:12:55

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/51/0314

**Título:**

Índice Alfabético Geral da 1ª Direcção - 1ª Repartição

**Datas de produção:**

1862 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Índice alfabético geral da 1ª Direcção - 1º Repartição, onde constam os nomes pessoais ou de diversas entidades e a localização do respectivos registos.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem alfabética.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

314 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 53 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-25 15:18:54

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/51/0315

**Título:**

Índice Alfabético Geral da 1ª Direcção - 1ª Repartição

**Datas de produção:**

1863 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Índice alfabético geral da 1ª Direcção - 1º Repartição, onde constam os nomes pessoais ou de diversas entidades e a localização do respectivos registos.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem alfabética.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

315 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 151 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-25 15:25:53

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/51/0316

**Título:**

Índice Alfabético Geral da 1ª Direcção - 1ª Repartição

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Índice alfabético geral da 1ª Direcção - 1º Repartição, onde constam os nomes pessoais ou de diversas entidades e a localização do respectivos registos.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem alfabética.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

316 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 149 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-25 15:44:36

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/51/0317

**Título:**

Índice Alfabético Geral da 1ª Direcção - 1ª Repartição

**Datas de produção:**

1865 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Índice alfabético geral da 1ª Direcção - 1º Repartição, onde constam os nomes pessoais ou de diversas entidades e a localização do respectivos registos.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem alfabética.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

317 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 153 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-25 15:54:03

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/52

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO COM DIVERSAS ENTIDADES

**Datas de produção:**

1865 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar nº 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação nº 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. Nº 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência recebida (ofícios e requerimentos a pedir gratificações, pensões, pedidos de escusa de serviço...) de diversas entidades (Câmaras Legislativas; ministros; Majoria General da Armada; Intendentes; Visconde da Praia Grande de Macau; Visconde de Soares Franco; Director da Escola Naval; comandantes de navios ... ) para a 1ª Direcção - 1ª Repartição.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem alfabética.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

318 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:20.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-25 16:41:32

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/52/0318

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição com Diversas Entidades

**Datas de produção:**

1865 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência recebida (ofícios e requerimentos a pedir gratificações, pensões, pedidos de escusa de serviço...) de diversas entidades (Câmaras Legislativas; ministros; Majoria General da Armada; Intendentes; Visconde da Praia Grande de Macau; Visconde de Soares Franco; Director da Escola Naval; comandantes de navios ... ) para a 1ª Direcção - 1ª Repartição.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

318 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 247 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-25 17:31:29

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/53

**Título:**

ÍNDICE ALFABÉTICO GERAL DA 1ª DIRECÇÃO - 2ª REPARTIÇÃO

**Datas de produção:**

1843 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

7 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

<b>Fonte imediata de aquisição ou transferência:</b>	Transferência.
<b>Âmbito e conteúdo:</b>	Inclui o índice alfabético geral (lista nominal por nomes e assuntos) da 1ª Direcção - 2ª Repartição.
<b>Ingressos adicionais:</b>	Fundo fechado.
<b>Sistema de organização:</b>	Ordem cronológica.
<b>Condições de acesso:</b>	Acessível.
<b>Condições de reprodução:</b>	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
<b>Cota atual:</b>	6/V/8/2
<b>Cota descritiva:</b>	319 a 324-A (localização: 6-V-8-2).
<b>Idioma e escrita:</b>	Português.
<b>Características físicas e requisitos técnicos:</b>	7 livros; papel; manuscrito.
<b>Instrumentos de descrição:</b>	Índices.
<b>Nota de edição:</b>	Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:20.
<b>Regras ou convenções:</b>	ISAD(G), ODA.
<b>Data da descrição:</b>	2013-11-26 10:13:22

---

<b>Nível de descrição:</b>	UI
<b>Código de referência:</b>	PT/BCM-AH/DGM/01/53/0319
<b>Título:</b>	Índice Alfabético Geral da 1ª Direcção - 2ª Repartição
<b>Datas de produção:</b>	1860 / 1860
<b>Produtor(es):</b>	Direcção Geral da Marinha.
<b>Dimensão e suporte:</b>	1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o índice alfabético geral (lista nominal por nomes e assuntos) da 1ª Direcção - 2ª Repartição.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

319 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 103 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 09:41:29

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/53/0320

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição

**Datas de produção:**

1861 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o índice alfabético geral (lista nominal por nomes e assuntos) da 1ª Direcção - 2ª Repartição.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

320 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 103 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 10:20:55

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/53/0321

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição

**Datas de produção:**

1862 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o índice alfabético geral (lista nominal por nomes e assuntos) da 1ª Direcção - 2ª Repartição.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

321 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 103 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 11:35:36

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/53/0322

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição

**Datas de produção:**

1863 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o índice alfabético geral (lista nominal por nomes e assuntos) da 1ª Direcção - 2ª Repartição.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

322 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 149 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 11:44:49

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/53/0323

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação nº 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. Nº 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

<b>Fonte imediata de aquisição ou transferência:</b>	Transferência.
<b>Âmbito e conteúdo:</b>	Inclui o índice alfabético geral (lista nominal por nomes e assuntos) da 1ª Direcção - 2ª Repartição.
<b>Ingressos adicionais:</b>	Fundo fechado.
<b>Sistema de organização:</b>	Ordem alfabética.
<b>Condições de acesso:</b>	Acessível.
<b>Condições de reprodução:</b>	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
<b>Cota atual:</b>	6/V/8/2
<b>Cota descritiva:</b>	323 (localização: 6-V-8-2).
<b>Idioma e escrita:</b>	Português.
<b>Características físicas e requisitos técnicos:</b>	1 livro com 149 folhas; papel; manuscrito.
<b>Instrumentos de descrição:</b>	Índices.
<b>Regras ou convenções:</b>	ISAD(G), ODA.
<b>Data da descrição:</b>	2013-11-26 11:49:11

---

<b>Nível de descrição:</b>	UI
<b>Código de referência:</b>	PT/BCM-AH/DGM/01/53/0324
<b>Título:</b>	Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição
<b>Datas de produção:</b>	1865 / 1865
<b>Produtor(es):</b>	Direcção Geral da Marinha.
<b>Dimensão e suporte:</b>	1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o índice alfabético geral (lista nominal por nomes e assuntos) da 1ª Direcção - 2ª Repartição.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

324 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 142 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 11:54:34

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/53/0324-A

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição

**Datas de produção:**

1843 / 1843

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o índice alfabético geral (lista nominal por nomes e assuntos) da 1ª Direcção - 2ª Repartição.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

324-A (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 42 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 13:47:42

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/54

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 2ª REPARTIÇÃO COM DIVERSAS ENTIDADES

**Datas de produção:**

1861 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

8 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência entre a 1ª Direcção - 2ª Repartição para várias entidades, nomeadamente: Arsenal; Estado Maior da Armada; Intendências; Ministérios; Governadores Civis; Câmaras Legislativas; Comissão Consultiva...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/1

**Cota descritiva:**

325 a 332 (localização: 6-V-8-1).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

8 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:21.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 14:09:43

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/54/0325

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição com Diversas Entidades

**Datas de produção:**

1861 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência entre a 1ª Direcção - 2ª Repartição para diversas entidades, nomeadamente: Comissão Consultiva; Câmaras Legislativas; Estado Maior da Armada; Governadores Civis; Inspector do Arsenal; Intendências; Ministros...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Organização cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

325 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 144 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 14:07:09

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/54/0326

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição com Diversas Entidades

**Datas de produção:**

1862 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência entre a 1ª Direcção - 2ª Repartição para diversas entidades, nomeadamente: Arsenal; Estado Maior da Armada; Intendências; Ministérios; Governadores Civis; Câmaras Legislativas; Comissão Consultiva...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Organização cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

326 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 175 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 15:09:41

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/54/0327

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição com Diversas Entidades

**Datas de produção:**

1862 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar nº 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação nº 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. Nº 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência entre a 1ª Direcção - 2ª Repartição para várias entidades, nomeadamente: Arsenal; Estado Maior da Armada; Intendências; Ministérios; Governadores Civis; Câmaras Legislativas; Comissão Consultiva...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Organização cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

327 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 108 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 15:20:47

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/54/0328

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição com Diversas Entidades

**Datas de produção:**

1863 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência entre a 1ª Direcção - 2ª Repartição para várias entidades, nomeadamente: Arsenal; Estado Maior da Armada; Intendências; Ministérios; Governadores Civis; Câmaras Legislativas; Comissão Consultiva...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Organização cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

328 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 172 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 15:33:03

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/54/0329

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição com Diversas Entidades

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência entre a 1ª Direcção - 2ª Repartição para várias entidades, nomeadamente: Arsenal; Estado Maior da Armada; Intendências; Ministérios; Governadores Civis; Câmaras Legislativas; Comissão Consultiva...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Organização cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

330 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 200 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 15:41:32

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/54/0330

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição com Diversas Entidades

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência entre a 1ª Direcção - 2ª Repartição para várias entidades, nomeadamente: Arsenal; Estado Maior da Armada; Intendências; Ministérios; Governadores Civis; Câmaras Legislativas; Comissão Consultiva...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Organização cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

330 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 200 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 15:59:25

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/54/0331

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição com Diversas Entidades

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência entre a 1ª Direcção - 2ª Repartição para várias entidades, nomeadamente: Arsenal; Estado Maior da Armada; Intendências; Ministérios; Governadores Civis; Câmaras Legislativas; Comissão Consultiva...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Organização cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

331 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 163 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 15:59:33

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/54/0332

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição com Diversas Entidades

**Datas de produção:**

1865 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência entre a 1ª Direcção - 2ª Repartição para várias entidades, nomeadamente: Arsenal; Estado Maior da Armada; Intendências; Ministérios; Governadores Civis; Câmaras Legislativas; Comissão Consultiva...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Organização cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

332 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 213 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 16:12:08

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/55

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - PESSOAS DIVERSAS

**Datas de produção:**

1861 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

6 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência remetida (ofícios e requerimentos) de diversas pessoas (Guarda-marinhas; marinheiros; familiares de militares...) para a 1ª Direcção - 1ª Repartição, com a informação do respectivo parecer.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

333 a 338 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

6 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:22.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 16:22:21

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/55/0333

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Pessoas Diversas

**Datas de produção:**

1860 / 1860

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência remetida (ofícios e requerimentos) de diversas pessoas (Guarda-marinhas; marinheiros; familiares de militares...) para a 1ª Direcção - 1ª Repartição, com a informação do respectivo parecer.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

333 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 72 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 16:22:09

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/55/0334

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Pessoas Diversas

**Datas de produção:**

1860 / 1860

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência remetida (ofícios e requerimentos) de diversas pessoas (Guarda-marinhas; marinheiros; familiares de militares...) para a 1ª Direcção - 1ª Repartição, com a informação do respectivo parecer.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

334 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 71 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 16:48:01

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/55/0335

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Pessoas Diversas

**Datas de produção:**

1860 / 1860

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência remetida (ofícios e requerimentos) de diversas pessoas (Guarda-marinhas; marinheiros; familiares de militares...) para a 1ª Direcção - 1ª Repartição, com a informação do respectivo parecer.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

335 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 22 escritas e 40 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 16:55:05

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/55/0336

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Pessoas Diversas

**Datas de produção:**

1861 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência remetida (ofícios e requerimentos) de diversas pessoas (Guarda-marinhas; marinheiros; familiares de militares...) para a 1ª Direcção - 1ª Repartição, com a informação do respectivo parecer.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

336 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 62 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 17:05:25

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/55/0337

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Pessoas Diversas

**Datas de produção:**

1861 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência remetida (ofícios e requerimentos) de diversas pessoas (Guarda-marinhas; marinheiros; familiares de militares...) para a 1ª Direcção - 1ª Repartição, com a informação do respectivo parecer.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

337 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 62 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 17:09:46

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/55/0338

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Pessoas Diversas

**Datas de produção:**

1862 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência remetida (ofícios e requerimentos) de diversas pessoas (Guarda-marinhas; marinheiros; familiares de militares...) para a 1ª Direcção - 1ª Repartição, com a informação do respectivo parecer.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

338 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 136 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-26 17:13:48

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/56

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - ESTABELECIMENTOS CIENTÍFICOS

**Datas de produção:**

1860 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

2 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios) remetida de diversos Estabelecimentos Científicos (Escola Naval; Observatório Astronómico de Marinha; Observatório Náutico Meteorológico...) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

339/340 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

2 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:23.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-27 09:40:23

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/56/0339

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Estabelecimentos Científicos

**Datas de produção:**

1860 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios) remetida de diversos Estabelecimentos Científicos (Escola Naval; Observatório Astronómico de Marinha; Observatório Náutico Meteorológico...) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

339 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 12 folhas escritas e 49 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-27 09:36:44

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/56/0340

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Estabelecimentos Científicos

**Datas de produção:**

1863 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios) remetida de diversos Estabelecimentos Científicos (Escola Naval; Observatório Astronómico de Marinha; Observatório Náutico Meteorológico...) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

340 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 8 folhas escritas e 96 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-27 10:19:23

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/57

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - MAJOR GENERAL

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos relacionados com todos os serviços da Armada) para 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida do Major General.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

341 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:23.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-27 10:34:17

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/57/0341

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Major General

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos relacionados com todos os serviços da Armada) para 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida do Major General.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

341 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 101 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-27 10:33:32

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/58

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - MINISTÉRIOS

**Datas de produção:**

1859 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios) da 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida dos diversos Ministérios, nomeadamente: Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Justiça; Ministério do Reino...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

342 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:24.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-27 11:10:07

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/58/0342

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Ministérios

**Datas de produção:**

1859 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios) da 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida dos diversos Ministérios, nomeadamente: Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Justiça; Ministério do Reino...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

342 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 36 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-27 11:11:47

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/59

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - MINISTROS DO ESTADO

**Datas de produção:**

1862 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

3 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios) da 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida dos diversos Ministros de Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios Estrangeiros; Ministro do Reino; Ministro da Fazenda...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

343/344/345 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

3 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:25.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-27 11:22:55

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/59/0343

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1862 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios) da 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida dos diversos Ministros de Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios Estrangeiros; Ministro do Reino; Ministro da Fazenda...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

343 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 3 folhas escritas e 58 folhas não escritas; papel; manuscrito.  
A folha de rosto está cortada.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-27 11:26:55

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/59/0344

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1863 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios) da 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida dos diversos Ministros de Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios Estrangeiros; Ministro do Reino; Ministro da Fazenda...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

344 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 104 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-27 13:47:19

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/59/0345

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Ministros de Estado

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios) da 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida dos diversos Ministros de Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios Estrangeiros; Ministro do Reino; Ministro da Fazenda...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

345 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 104 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-27 13:56:06

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/60

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - CHEFES DE ESTADO MAIOR

**Datas de produção:**

1860 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

2 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida do Chefe de Estado Maior.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

346/347 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

2 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:25.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-27 14:02:50

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/60/0346

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Chefe de Estado Maior

**Datas de produção:**

1860 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida do Chefe de Estado Maior.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

346 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 61 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-27 14:05:04

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/60/0347

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Chefe de Estado Maior

**Datas de produção:**

1863 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida do Chefe de Estado Maior.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

347 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 100 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-27 14:17:55

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/61

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - INTENDENTES

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição, remetida do Chefe de Estado Maior.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

348 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:26.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-27 14:22:03

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/61/0348

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Intendentes

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida do Chefe de Estado Maior.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

348 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 1 folha escrita e 99 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-27 14:28:52

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/62

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - DIVERSAS AUTORIDADES

**Datas de produção:**

1860 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

2 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida por diversas autoridades, nomeadamente: Governadores Civis; Director Geral dos Telegrafos; Chefe de Estado Maior; deputados...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

349/350 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

2 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:27.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-27 14:39:09

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/62/0349

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Diversas Autoridades

**Datas de produção:**

1860 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida por diversas autoridades, nomeadamente: Governadores Civis; Director Geral dos Telegrafos; Chefe de Estado Maior; deputados...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

349 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 71 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-27 14:47:04

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/62/0350

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Diversas Autoridades

**Datas de produção:**

1863 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida por diversas autoridades, nomeadamente: Governadores Civis; Director Geral dos Telegrafos; Chefe de Estado Maior; deputados...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

350 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 9 folhas escritas e 91 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-28 17:19:08

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/63

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - NAVIOS DE GUERRA

**Datas de produção:**

1860 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

2 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida de diversos navios de guerra, nomeadamente: nau "Vasco da Gama"; fragata "D. Fernando"; corveta "Estefânia"; corveta "Bartolomeu Dias"; corveta "Sagres"; corveta "Maria Ana"; corveta "Goa"; corveta "D. João I"; corveta "Argus"; corveta "Angra"; corveta "Vila Flor"; corveta "Pedro Nunes"; vapor "Mindelo" e vapor "Barão de Lazarim".

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

351/352 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

2 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:27.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-28 17:26:15

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/63/0351

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Navios de Guerra

**Datas de produção:**

1860 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida de diversos navios de guerra, nomeadamente: nau "Vasco da Gama"; fragata "D. Fernando"; corveta "Estefânia"; corveta "Bartholomeu Dias"; corveta "Sagres"; corveta "Maria Anna"; corveta "Goa"; corveta "D. João 1º"; corveta "Argus"; corveta "Angra"; corveta "Villa Flor"; corveta "Pedro Nunes"; vapor "Mindello" e vapor "Barão de Lazarim".

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

351 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 70 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-28 17:27:21

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/63/0352

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Navios de Guerra

**Datas de produção:**

1862 / 1862

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida de diversos navios de guerra, nomeadamente: vapor "Mindello"; corveta "Estefânia"; fragata "D. Fernando"; corveta "Sagres"; brigue "Villa Flor"; vapor "Maria Anna"; iate "Conde de Penha Firme"; corveta "Bartholomeu Dias"; iate "São Thomé"; brigue "Pedro Nunes"; corveta "Damão"; transporte "Martinho de Mello"; corveta "Sá da Bandeira"; escuna "Napier" e escuna a vapor "Barão de Lazarim".

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

352 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 102 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-29 09:41:41

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/64

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - DIVERSOS

**Datas de produção:**

1863 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

2 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) remetida de diversas pessoas (ministros; fidalgos; comandantes; marinheiros...) e entidades, como por exemplo a Junta da Fazenda da Província de Moçambique, para a 1ª Direcção - 1ª Repartição com a informação do respectivo despacho.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

353/354 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

2 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:28.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-29 15:13:55

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/64/0353

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Diversos

**Datas de produção:**

1863 / 1863

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) remetida de diversas pessoas (ministros; fidalgos; comandantes; marinheiros...) e entidades, como por exemplo a Junta da Fazenda da Província de Moçambique, para a 1ª Direcção - 1ª Repartição com a informação do respectivo despacho.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

353 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 102 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-29 15:26:35

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/64/0354

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Diversos

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) remetida de diversas pessoas (ministros; fidalgos; comandantes; marinheiros...) e entidades, como por exemplo a Junta da Fazenda da Província de Moçambique, para a 1ª Direcção - 1ª Repartição com a informação do respectivo despacho.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

354 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 46 folhas escritas e 57 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-29 15:56:38

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/65

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - CÂMARAS LEGISLATIVAS

**Datas de produção:**

1860 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

2 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) remetida das Câmaras de Deputados para a 1ª Direcção - 1ª Repartição com a informação do respectivo despacho.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

355/356 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

2 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:29.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-29 16:05:35

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/65/0355

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Câmaras Legislativas

**Datas de produção:**

1860 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência remetida das Câmaras de Deputados para a 1ª Direcção - 1ª Repartição.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

355 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 2 folhas escritas e 59 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-29 16:08:17

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/65/0356

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Câmaras Legislativas

**Datas de produção:**

1863 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) remetida das Câmaras de Deputados para a 1ª Direcção - 1ª Repartição com a informação do respectivo despacho.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

356 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 3 folhas não escritas e 34 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-29 16:19:45

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/66

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 2ª REPARTIÇÃO - MINISTÉRIOS

**Datas de produção:**

1860 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo da correspondência remetida pelos diversos Ministérios (Ministério da Gerra; Ministério das Obras Públicas; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Fazenda...) para a 1ª Direcção - 2ª Repartição.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

358 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:29.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-29 16:40:28

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/66/0357

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição - Ministérios

**Datas de produção:**

1860 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo da correspondência remetida pelos diversos Ministérios ( Ministério da Gerra; Ministério das Obras Públicas; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Fazenda...) para a 1ª Direcção - 2ª Repartição.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

357 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 3 folhas escritas e 34 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-29 16:41:03

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/67

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 2ª REPARTIÇÃO - CHEFE ESTADO MAIOR

**Datas de produção:**

1860 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo da correspondência (de todas as classes de oficiais) remetida pelo Chefe de Estado Maior para a 1ª Direcção - 2ª Repartição.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

358 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 59 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:30.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-29 16:55:46

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/67/0358

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição - Chefe de Estado Maior

**Datas de produção:**

1860 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo da correspondência (de todas as classes de oficiais) remetida pelo Chefe de Estado Maior para a 1ª Direcção - 2ª Repartição.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

358 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 59 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-11-29 16:56:51

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/68

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 2ª REPARTIÇÃO - INTENDÊNCIAS

**Datas de produção:**

1860 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo da correspondência remetida das Intendências para a 1ª Direcção - 2ª Repartição, com a informação do respectivo despacho.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

359 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 12 folhas escritas e 40 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:30.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-03 23:06:07

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/68/0359

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição - Intendências

**Datas de produção:**

1860 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo da correspondência remetida das Intendências para a 1ª Direcção - 2ª Repartição.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

359 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 12 folhas escritas e 40 folhas não escritas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-03 23:06:07

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/69

**Título:**

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 2ª REPARTIÇÃO - PESSOAS DIVERSAS

**Datas de produção:**

1860 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo da correspondência remetida de pessoas diversas (Direcção do Diário de Lisboa; Oficiais de Marinha; Companhia União Mercantil; empregados do Arsenal...) para a 1ª Direcção - 2ª Repartição.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

360 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 81 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:31.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-03 23:30:35

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/69/0360

**Título:**

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição - Intendências

**Datas de produção:**

1860 / 1861

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo da correspondência remetida de pessoas diversas (Direcção do Diário de Lisboa; Oficiais de Marinha; Companhia União Mercantil; empregados do Arsenal...) para a 1ª Direcção - 2ª Repartição.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

360 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 81 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-03 23:30:45

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/70

**Título:**

REGISTO DE OFÍCIOS DE MINISTÉRIOS E OUTRAS AUTORIDADES

**Datas de produção:**

1864 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

2 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos ofícios enviados e recebidos para os Ministérios (Ministério das Obras Públicas; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Fazenda...) e outras autoridades, nomeadamente: Inspector dos Faróis do Reino; Director do Observatório Astronómico de Marinha...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/3

**Cota descritiva:**

361/362 (localização: 6-V-8-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

2 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:31.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-04 16:13:00

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/70/0361

**Título:**

Registo de Ofícios de Ministérios e Outras Autoridades

**Título paralelo:**

1864 - Ministérios e outras autoridades - entradas e saídas

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos ofícios enviados e recebidos para os Ministérios (Ministério das Obras Públicas; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Fazenda...) e outras autoridades, nomeadamente: Inspector dos Faróis do Reino; Director do Observatório Astronómico de Marinha...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

361 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 96 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-04 16:13:00

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/70/0362

**Título:**

Registo de Ofícios de Ministérios e Outras Autoridades

**Título paralelo:**

1865 - Entradas d'ofícios de diferentes authorities e ministérios

**Datas de produção:**

1865 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos ofícios recebidos dos Ministérios (Ministério das Obras Públicas; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Fazenda...) e outras autoridades, nomeadamente: Inspector dos Faróis do Reino; Director do Observatório Astronómico de Marinha...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

362 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 84 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-04 16:50:39

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/71

**Título:**

REGISTO DE OFÍCIOS DE MINISTÉRIOS E OUTRAS AUTORIDADES

**Datas de produção:**

1864 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

2 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos ofícios enviados e recebidos dos Ministérios (Ministério das Obras Públicas; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Fazenda...) e outras autoridades, nomeadamente: Inspector dos Faróis do Reino; Director do Observatório Astronomico de Marinha...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/3

**Cota descritiva:**

361/362 (localização: 6-V-8-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

2 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:32.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-04 16:50:17

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/71/0361

**Título:**

Registo de Ofícios de Ministérios e Outras Autoridades

**Título paralelo:**

1864 - Ministérios e outras autoridades - entradas e saídas

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos ofícios enviados e recebidos dos Ministérios (Ministério das Obras Públicas; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Fazenda...) e outras autoridades, nomeadamente: Inspector dos Faróis do Reino; Director do Observatório Astronómico de Marinha...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

361 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 96 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-04 16:50:17

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/71/0362

**Título:**

Registo de Ofícios de Ministérios e Outras Autoridades

**Título paralelo:**

1865 - Entradas d'Ofícios de diferentes autoridades e ministérios

**Datas de produção:**

1865 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos ofícios recebidos dos Ministérios (Ministério das Obras Públicas; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Fazenda...) e outras autoridades, nomeadamente: Inspector dos Faróis do Reino; Director do Observatório Astronomico de Marinha...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/2

**Cota descritiva:**

362 (localização: 6-V-8-2).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 184 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-05 09:44:19

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/72

**Título:**

REGISTO DE OFÍCIOS - INTENDENTES DE MARINHA

**Datas de produção:**

1864 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

3 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos ofícios enviados e recebidos dos diversos Intendentes de Marinha, nomeadamente: Intendente de Marinha de Lisboa, Intendente de Marinha do Porto, Intendente de Marinha do Algarve, Intendente de Marinha dos Açores...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/3

**Cota descritiva:**

363/364/365 (localização: 6-V-8-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

3 livros; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:33.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-05 09:56:37

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/72/0363

**Título:**

Registo de Ofícios - Intendentes de Marinha

**Título paralelo:**

Intendentes de Marinha - entradas e saídas - 1864

**Datas de produção:**

1864 / 1864

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos ofícios enviados e recebidos dos diversos Intendentes de Marinha, nomeadamente: Intendente de Marinha de Lisboa, Intendente de Marinha do Porto, Intendente de Marinha do Algarve, Intendente de Marinha dos Açores...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/3

**Cota descritiva:**

363 (localização: 6-V-8-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 103 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-05 09:56:28

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/72/0364

**Título:**

Registo de Ofícios - Intendentes de Marinha

**Título paralelo:**

1865 - Entradas dos officios dos Intendentes de marinha

**Datas de produção:**

1865 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos ofícios recebidos dos diversos Intendentes de Marinha, nomeadamente: Intendente de Marinha de Lisboa, Intendente de Marinha do Porto, Intendente de Marinha do Algarve, Intendente de Marinha dos Açores...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/3

**Cota descritiva:**

364 (localização: 6-V-8-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 191 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-05 10:20:50

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/72/0365

**Título:**

Registo de Ofícios - Intendentes de Marinha

**Título paralelo:**

1865 - Livro de sahida dos officios expedidos aos Intendentes de Marinha

**Datas de produção:**

1865 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos ofícios enviados aos diversos Intendentes de Marinha, nomeadamente: Intendente de Marinha de Lisboa, Intendente de Marinha do Porto, Intendente de Marinha do Algarve, Intendente de Marinha dos Açores...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/3

**Cota descritiva:**

365 (localização: 6-V-8-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 197 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-05 10:27:06

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/73

**Título:**

REGISTO DE OFÍCIOS - INTENDENTES DE MARINHA E CAPITÃES DE PORTOS

**Datas de produção:**

1865 / 1866

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos ofícios enviados aos diversos Intendentes de Marinha (Intendente de Marinha de Lisboa, Intendente de Marinha do Porto, Intendente de Marinha do Algarve, Intendente de Marinha dos Açores...) e Capitães de Portos, nomeadamente: Capitão do Porto de Lisboa; Capitão do Porto de Lagos; Capitão do Porto de S. Miguel...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/3

**Cota descritiva:**

366 (localização: 6-V-8-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:33.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-05 10:36:18

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/73/0366

**Título:**

Registo de Ofícios - Intendentes de Marinha e Capitães de Portos

**Título paralelo:**

1865 - sahida officios expedidos aos diferentes intendentes de Marinha e Capitães de portos

**Datas de produção:**

1865 / 1866

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos ofícios enviados aos diversos Intendentes de Marinha (Intendente de Marinha de Lisboa, Intendente de Marinha do Porto, Intendente de Marinha do Algarve, Intendente de Marinha dos Açores...) e Capitães de Portos, nomeadamente: Capitão do Porto de Lisboa; Capitão do Porto de Lagos; Capitão do Porto de S. Miguel...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/3

**Cota descritiva:**

366 (localização: 6-V-8-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 100 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-05 10:36:26

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/74

**Título:**

REGISTO DE OFÍCIOS - DIFERENTES AUTORIDADES

**Datas de produção:**

1865 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos ofícios enviados a diferentes autoridades, nomeadamente: Inspector dos Faróis; Ministro das Obras Públicas...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/3

**Cota descritiva:**

367 (localização: 6-V-8-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:34.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-05 10:44:32

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/74/0367

**Título:**

Registo de Ofícios - Diferentes Autoridades

**Título paralelo:**

1865 - sahida d'officios expedidos a diferentes auctoridades

**Datas de produção:**

1865 / 1865

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.



**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos ofícios enviados a diferentes autoridades, nomeadamente: Inspector dos Faróis; Ministro das Obras Públicas...

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/3

**Cota descritiva:**

367 (localização: 6-V-8-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 200 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-05 10:44:19

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/75

**Título:**

REGISTO DE PASSAGEIROS PARA ÁFRICA

**Datas de produção:**

1869 / 1869

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das guias de passagem para África.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/3

**Cota descritiva:**

367-A (localização: 6-V-8-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Nota de edição:**

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:34.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-05 11:02:35

**Nível de descrição:**

UI

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/01/75/0367-A

**Título:**

Registo de Passageiros para África

**Título paralelo:**

Passageiros para África 1869

**Datas de produção:**

1869 / 1869

**Produtor(es):**

Direcção Geral da Marinha.

**Dimensão e suporte:**

1 u.i.

**História custodial e arquivística:**

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

**Fonte imediata de aquisição ou transferência:**

Transferência.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das guias de passagem para África.

**Ingressos adicionais:**

Fundo fechado.

**Sistema de organização:**

Ordem cronológica.

**Condições de acesso:**

Acessível.

**Condições de reprodução:**

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

**Cota atual:**

6/V/8/3

**Cota descritiva:**

367-A (localização: 6-V-8-3).

**Idioma e escrita:**

Português.

**Características físicas e requisitos técnicos:**

1 livro com 73 folhas; papel; manuscrito.

**Instrumentos de descrição:**

Índices.

**Regras ou convenções:**

ISAD(G), ODA.

**Data da descrição:**

2013-12-05 11:05:12

**Nível de descrição:**

SC

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/02

**Título:**

Sem título

**Datas de produção:**

1906 / 1925

**Dimensão e suporte:**

Papel

**Nota de edição:**

Registo modificado pelo utilizador "e15974084", na data 2021-05-04 11:38:00

**Data da descrição:**

2021-05-03 15:16:24

**Nível de descrição:**

SR

**Código de referência:**

PT/BCM-AH/DGM/02/001

**Título:**

Registos de Cartas da Marinha Mercante - Oficiais, Pilotos e Maquinistas

**Datas de produção:**

1906 / 1925

**Dimensão e suporte:**

Papel

**Nota de edição:**

Registo modificado pelo utilizador "e15974084", na data 2021-05-04 11:36:46

**Notas:** - Registos de Cartas da Marinha Mercante - Oficiais, Pilotos e Maquinistas.

**Data da descrição:** 2021-05-03 15:42:38

---

**Nível de descrição:** UI

**Código de referência:** PT/BCM-AH/DGM/02/001/675

**Título:** Registo de Cartas da Marinha Mercante - Oficiais, Pilotos e Maquinistas.

**Datas de produção:** 1921 / 1924

**Dimensão e suporte:** Papel

**Cota descritiva:** 6-XXXIII-1-1/ 675

**Idioma e escrita:** Português

**Nota de edição:** Criação de associações à(s) seguinte(s) representação(ões): , 5249

**Data da descrição:** 2021-05-04 11:34:56

---

**Nível de descrição:** UI

**Código de referência:** PT/BCM-AH/DGM/02/001/676

**Título:** Registo de Cartas da Marinha Mercante - Oficiais, Pilotos e Maquinistas.

**Datas de produção:** 1906 / 1910

**Dimensão e suporte:** Papel

**Cota descritiva:** 6-XXXIII-1-1/ 676

**Idioma e escrita:** Português

**Nota de edição:** Criação de associações à(s) seguinte(s) representação(ões): , 5250

**Data da descrição:** 2021-05-04 11:36:03

---

**Nível de descrição:** UI

**Código de referência:** PT/BCM-AH/DGM/02/001/677

**Título:** Registo de Cartas da Marinha Mercante - Oficiais, Pilotos e Maquinistas.

**Datas de produção:** 1924 / 1925

**Dimensão e suporte:** Papel

**Cota descritiva:** 6-XXXIII-1-1/ 677

**Idioma e escrita:** Português

**Nota de edição:** Criação de associações à(s) seguinte(s) representação(ões): , 5251

**Data da descrição:** 2021-05-04 11:36:09

---